

RELATÓRIO ANUAL 2019



A vibrant sunset over the Rio de Janeiro mountains, with the city skyline visible in the distance. The sky is a mix of orange, red, and purple, reflecting on the water in the foreground. The mountains are silhouetted against the bright sky.

**OABPREV-RJ COMPLETOU EM 2019
13 ANOS DE EXISTÊNCIA E A
INSTITUIÇÃO TEM MUITO O QUE
CELEBRAR!**

A Previdência Complementar vem ganhando cada vez mais espaço na agenda política e social brasileira. No Brasil, os fundos de pensão ganham destaque na economia por serem sólidos, terem um patrimônio expressivo e pelo alto potencial de crescimento.

A OABPrev-RJ foi instituída no dia 18 de outubro de 2006 e, até os dias atuais, muitas conquistas foram alcançadas. A instituição se fortaleceu e hoje se orgulha em poder servir com qualidade e dedicação os milhares de advogados do Rio de Janeiro. Segundo o Dr. Rui Calandrini Filho, nosso presidente, a OABPrev-RJ “não é uma entidade que busca lucro, diferente dos bancos. A entidade é gerida pelos próprios participantes”.

O nosso trabalho sério nesse período fez com que o número de adesões nos últimos 5 anos elevasse

nosso crescimento em quase 70%. Esse é um indicador que encoraja a instituição a continuar investindo e aprimorando seus serviços. Somente no ano de 2016, a evolução do número de participantes chegou a 29%, o que fez com que a entidade almejasse novas conquistas.

Já para os próximos cinco anos, a OABPrev-RJ tem como meta chegar a dez mil adesões e para isso formou parceria com a M&F Corretora para reformular seu setor comercial.

Nesses treze anos de atividade a OABPrev-RJ tem o prazer de cumprir sua missão que é a de oferecer produtos de previdência adequados às expectativas dos advogados e dos instituidores com maior grau possível de eficácia e transparência. Nosso muito obrigado a você que faz parte dessa história.



SUMÁRIO

- 04** GESTÃO E GOVERNANÇA DA ENTIDADE
- 05** ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
- 07** GOVERNANÇA
- 08** NOSSOS NÚMEROS
- 10** CENÁRIO ECONÔMICO
- 12** INVESTIMENTOS
- 13** POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 22** RESULTADOS CONTÁBEIS
- 23** DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 27** NOTAS EXPLICATIVAS
- 36** OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 40** RESULTADOS ATUARIAIS
- 41** RELATÓRIO ATUARIAL
- 50** PARECER ATUARIAL
- 52** PLANO DE CONTAS CONTÁBIL
- 53** ESTATÍSTICA POPULACIONAL E GRÁFICOS GERENCIAIS
- 59** MANIFESTAÇÕES DOS CONSELHOS
- 60** PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 62** MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO

GESTÃO E GOVERNANÇA DA ENTIDADE



MISSÃO

Oferecer produtos de previdência adequados às expectativas dos advogados e dos instituidores com maior grau possível de eficácia e transparência.



VISÃO

Ser reconhecida pelo setor da advocacia nacional como líder em Gestão de Produtos de Previdência por sua competência e eficácia.



VALORES DA ENTIDADE

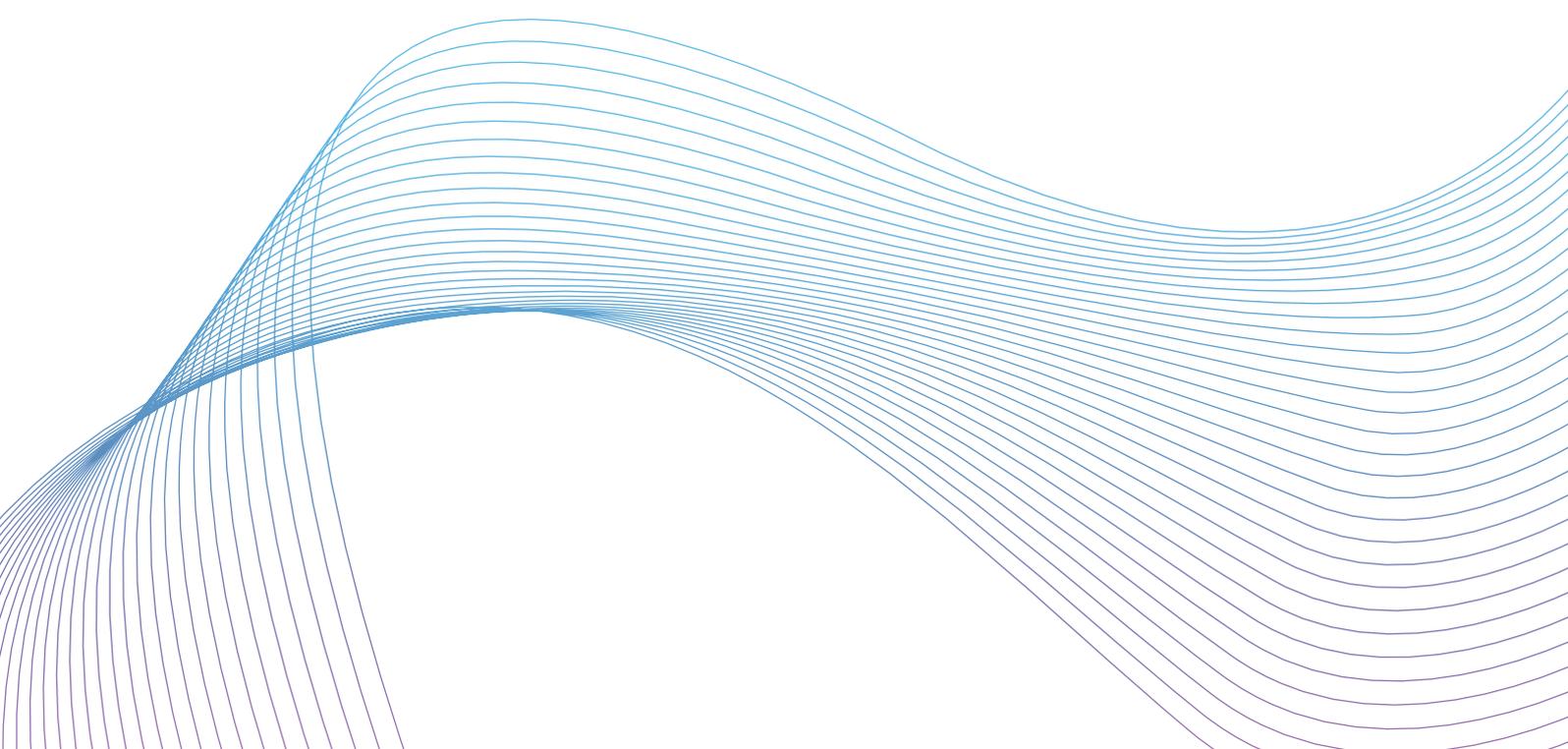
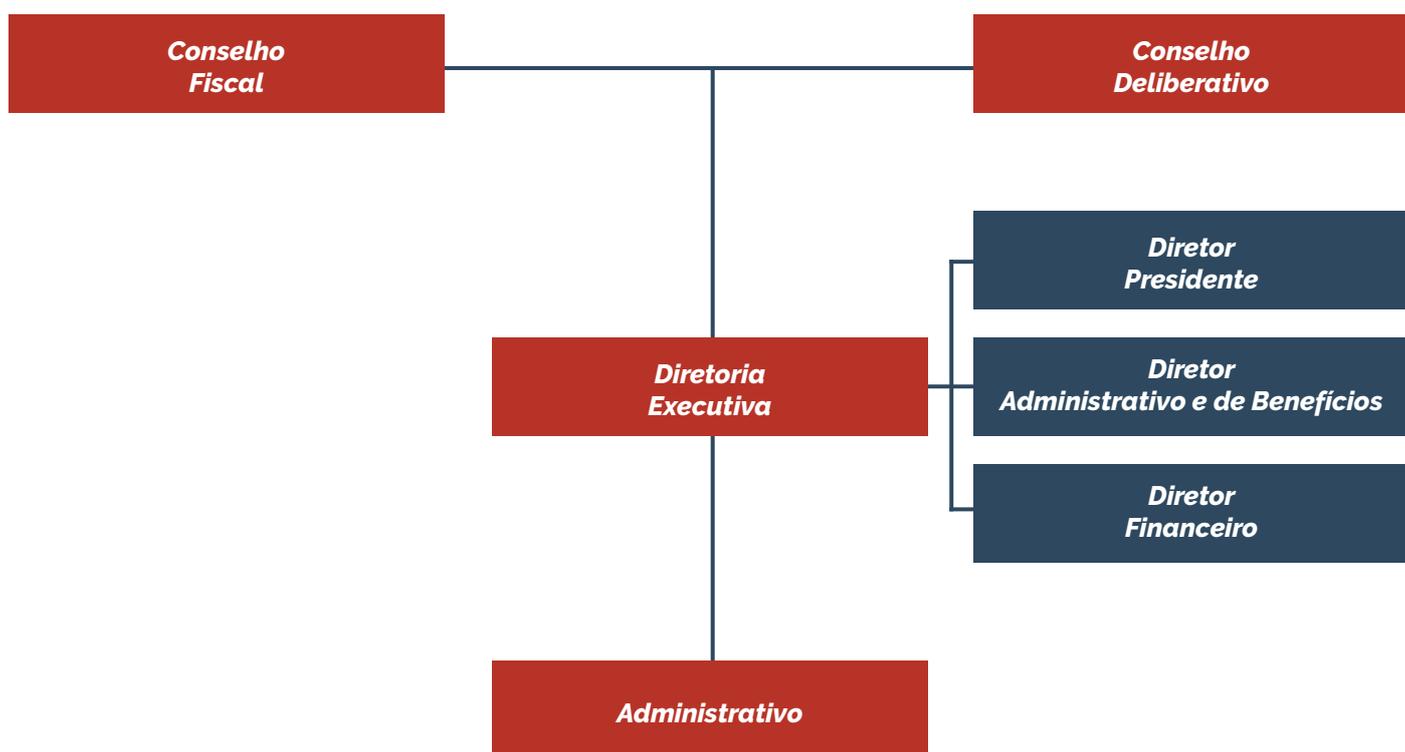
- ✓ Respeito por seus Participantes, parceiros e funcionários;
- ✓ Transparência e eficiência na gestão dos recursos;
- ✓ Transparência e eficiência no pagamento dos benefícios.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Estrutura Organizacional da Entidade é formada por membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Administrativo.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS



DIRETORIA EXECUTIVA

Rui Teles Calandrini Filho Diretor Presidente

Sergio Henrique Silva Aguiar Diretor Financeiro

Rogério Borba da Silva Diretor Administrativo e de Benefícios

CONSELHO FISCAL

Dra. Themis Calcavecchia dos Santos Presidente

Dr. Rodrigo Vitorino Suplente

Dr. Wilson Vieitas Braga Vice-presidente

Dr. Alan Flavio da Fonseca Geraldo Suplente

Dr. Suzani Andrade Ferraro Membro efetivo

Dr. Rodrigo Braga de Souza Suplente

CONSELHO DELIBERATIVO

Dr. Roberto Silva de Siqueira Presidente

Dr. Norberto Judson de Bastos Suplente

Dr. José Antônio Rolo Fachada Vice-presidente

Dr. Jocivaldo Lopes da Silva Suplente em exercício de titularidade

Gustavo Proença da Silva Mendonça Suplente

Gustavo de Abreu Santos Membro efetivo

Dr. Nilson Xavier Ferreira Suplente

Dr. Luís Cláudio Martins Teixeira Suplente em exercício de titularidade

GOVERNANÇA

NOVA SEGURADORA NA OABPREV-RJ

Desde 1.º de julho de 2019, a OABPrev-RJ conta com um novo parceiro na área de previdência privada e seguro de vida. A Icatu Seguros, com toda sua experiência e liderança de mercado, passou a ser uma nova aliada da nossa instituição, oferecendo soluções de qualidade em condições especiais para os nossos participantes. A troca de seguradora por parte da OABPrev-RJ favoreceu ainda mais os benefícios oferecidos aos advogados do Rio de Janeiro: o acordo entre as instituições oferece de imediato condições especiais para aqueles que aderem aos planos de seguros: uma valorização de 5% do patrimônio segurado.

REVISÃO DOS CONTRATOS

Em 2019 foi feita uma revisão em todos os contratos da OABPrev-RJ. Com isso, conseguimos em sua maioria uma redução do valor, que impactou positivamente os custos da Entidade.

NOVA EQUIPE COMERCIAL

Contratação de uma equipe comercial interna, onde os consultores passaram a ser funcionários da entidade, que antes era terceirizada.

MAPEAMENTO DE PROCESSOS E GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS

Com o objetivo de aprimorar sua governança interna, a OABPrev-RJ contou com a consultoria da Data A Soluções em Previdência no mapeamento dos principais processos da Entidade. Este foi o primeiro passo da implantação do sistema HARPA de Gestão de Riscos, pois é através do mapeamento que se compreendem as particularidades dos processos e da interação entre as áreas internas, participantes e parceiros – agentes responsáveis pelos riscos inerentes à Entidade. Isto torna a gestão de riscos verdadeiramente afinada ao contexto da Entidade, criando uma ferramenta que se relaciona diretamente com o dia-a-dia de seus usuários.

CERTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES

Toda a atual diretoria da OABPrev-RJ é certificada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e está habilitada para o exercício dos seus mandatos conforme prevê a instrução Previc n.º 6 de 29/05/2017.

CERTIFICAÇÃO ISO-9001

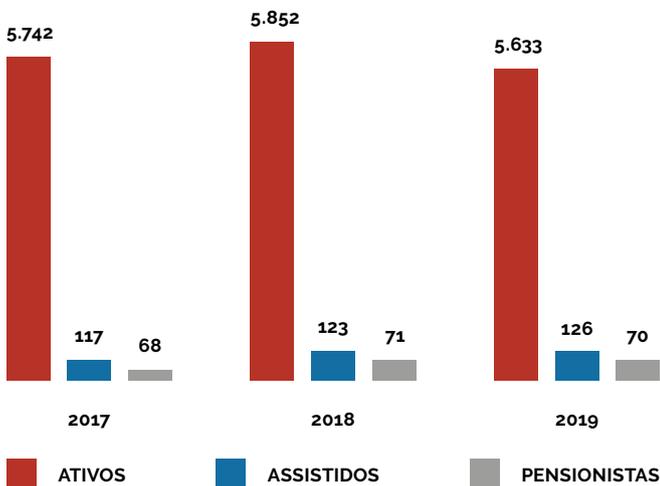
A OABPrev-RJ recebeu a recertificação ISO-9001 em 2019, um indicativo do aprimoramento constante de todos os processos, elevando a qualidade e o nível de produtividade da instituição. Isso, em termos práticos, representa uma maior eficiência operacional, redução significativa das falhas e eliminação do retrabalho e desperdícios.

NOSSOS NÚMEROS

PARTICIPANTES

A OABPrev-RJ fechou o ano de 2019 com 7.848 Participantes, contemplados nas categorias ativos, assistidos e pensionistas.

Evolução dos participantes



PATRIMÔNIO



PATRIMÔNIO SOCIAL
TOTAL 2019

R\$ 114.97
(VALORES EM R\$ MILHÕES)

Evolução Anual do Patrimônio Social

2016 - R\$ 152.009.805,05

2017 - R\$ 157.687.780,38

2018 - R\$ 152.038.500,62

2019 - R\$ 114.971.731,57

RENTABILIDADE

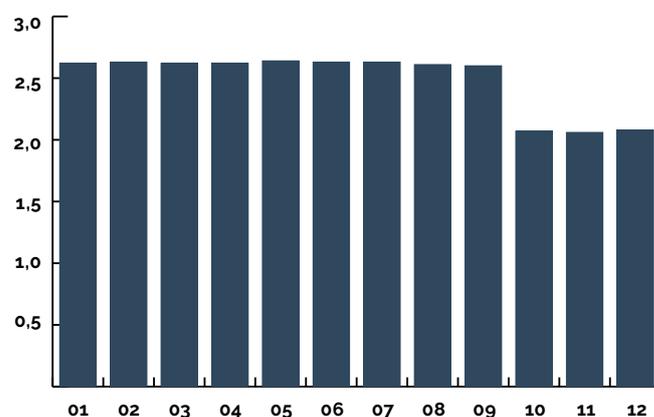
A previdência complementar é seu investimento de longo prazo para planejar seu futuro. Conheça abaixo a rentabilidade do Plano em 2019 e sua performance frente ao índice de referência e principais indicadores de mercado.

MÊS	RENTABILIDADE LÍQUIDA	INPC	CDI	POUPANÇA
01/19	0,36%	0,36%	0,54%	0,37%
02/19	0,16%	0,54%	0,49%	0,37%
03/19	-0,14%	0,77%	0,47%	0,37%
04/19	-0,13%	0,60%	0,52%	0,37%
05/19	0,60%	0,15%	0,54%	0,37%
06/19	-0,36%	0,01%	0,47%	0,37%
07/19	0,27%	0,10%	0,57%	0,37%
08/19	-0,46%	0,12%	0,50%	0,37%
09/19	-0,43%	-0,05%	0,46%	0,34%
10/19	-20,20% *	0,04%	0,48%	0,34%
11/19	-0,48%	0,54%	0,38%	0,32%
12/19	0,88%	1,22%	0,37%	0,29%

* Nota explicativa: A rentabilidade da quota contábil no ano de 2019 foi de -20,46% (-1,71% - 2018), a variação negativa da rentabilidade, se deu principalmente na carteira OABPrev-RJ FIM Prev, onde foi realizada a provisão para devedores duvidosos em 31/10/2019, no valor de R\$ 29.759.655,97, referente as Debêntures ROMPRO, FIP Saúde, e fundos com participação no Projeto GBX Tietê, como: Osasco Properties FII e Sofi III.

EVOLUÇÃO DA COTA

Resultados dos investimentos em 2019



COTA MÊS	
01/19	2,62
02/19	2,63
03/19	2,62
04/19	2,62
05/19	2,64
06/19	2,63
07/19	2,63
08/19	2,61
09/19	2,60
10/19	2,07
11/19	2,06
12/19	2,08

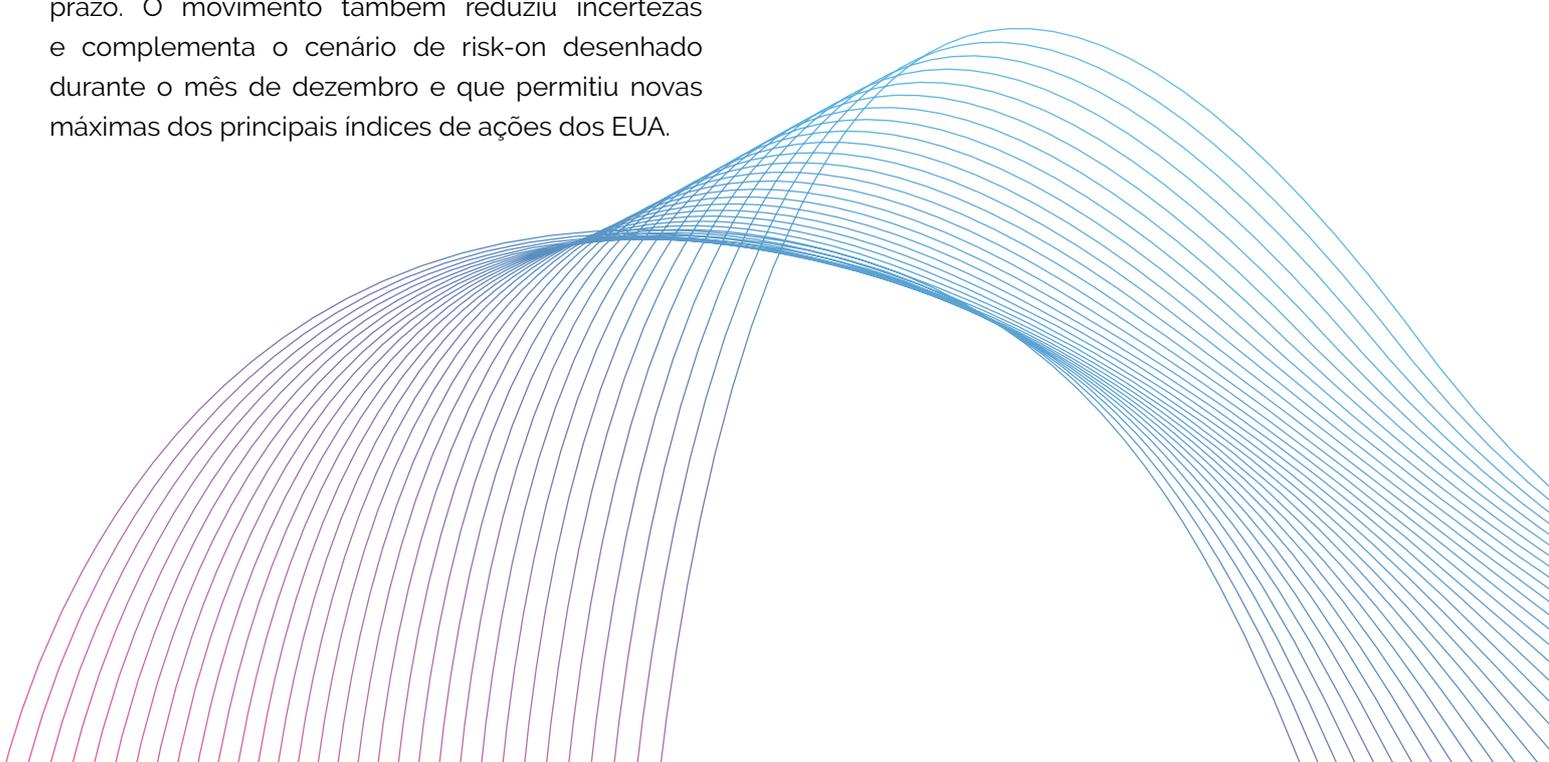
CENÁRIO ECONÔMICO

2019: ECONOMIA INTERNACIONAL

As negociações da guerra comercial entre Estados Unidos e China finalmente apresentaram evolução, com a fase um do acordo a ser assinada no início de 2020. Apesar de não retirar as incertezas envolvendo as futuras negociações, que tratam de temas mais complexos, o avanço concreto, aliados aos dados de crescimento e de desemprego do país mais rico do mundo, tiraram da pauta do dia a dia o medo de uma recessão nos EUA, ativando o risk-on dos investidores. Outro fator importante foi o avanço do Brexit. As negociações com a União Europeia ainda podem tomar tempo, mas o partido conservador inglês obteve a maior vitória INTERNACIONAL em décadas frente ao partido trabalhista, o que deve facilitar a saída do Reino Unido da União Europeia. O Fed – Banco Central Americano - após 3 cortes de juros, manteve a taxa dos fed funds no range de 1,50% a 1,75%, afirmando que essa encontra-se apropriada e que ainda é estimulativa para a economia. Foi afirmado que somente indícios bastante fortes devem fazer os membros do FOMC alterá-la no curto prazo. O movimento também reduziu incertezas e complementa o cenário de risk-on desenhado durante o mês de dezembro e que permitiu novas máximas dos principais índices de ações dos EUA.

2019: ECONOMIA DOMÉSTICA

O hard data econômico começou a mostrar uma aceleração da atividade ao final do ano, com crescimento do PIB superando a expectativa do mercado, movimento influenciado principalmente pelo consumo das famílias e pelos investimentos, com gastos do governo reduzidos. Houve contribuição positiva para tal os recursos disponibilizados do FGTS, de efeito transitório, e as quedas nas taxas de juros e melhores dados de emprego. Esses últimos, por sinal, surpreendem positivamente, com taxa de desocupação caindo para 11,2%, e com bom saldo de criação de empregos formais (CAGED). Os dados positivos, em conjunto com o cenário internacional, impulsionaram fortemente grande parte dos ativos locais, com o Ibovespa fechando o ano com valorização superior a +30% e a cotação real/dólar, em dezembro, passando de um patamar superior a 4,20 para algo mais próximo dos R\$ 4,00 por dólar.

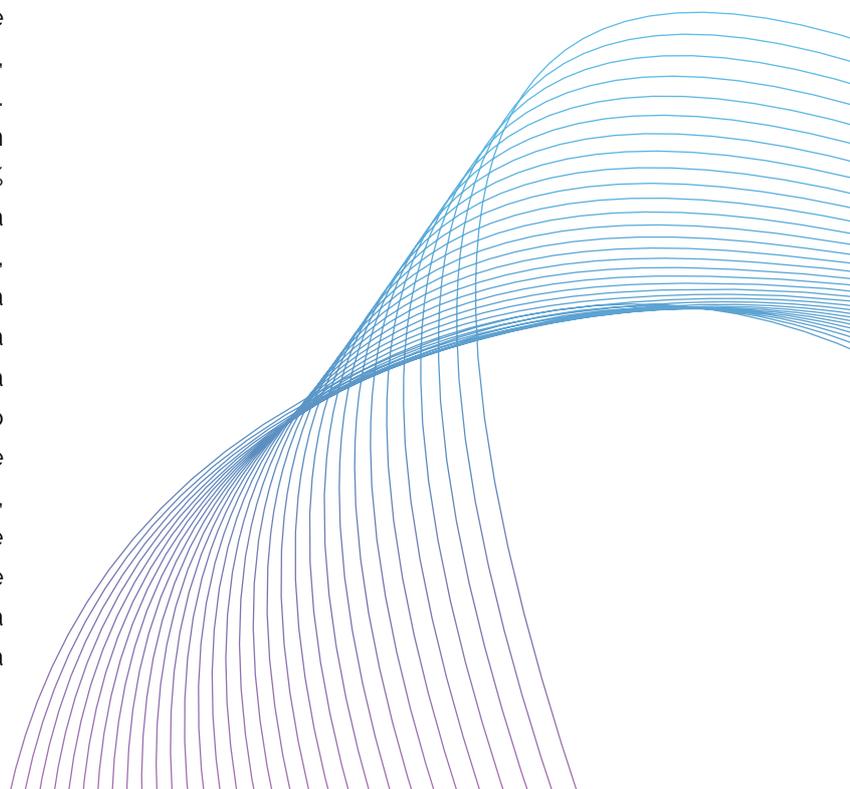


2020: PERSPECTIVAS

Depois da recessão de 2009, a economia mundial cresceu, de forma sustentada, por cerca de 10 anos. Sofreu alguma desaceleração em 2019, mas já ensaiava melhor desempenho a partir de 2020. Por isso, as bolsas de valores, mundo afora, antecipando um esperado bom desempenho da economia em 2020, apresentaram fortes altas em 2019. O mundo foi, entretanto, surpreendido com o novo coronavírus, no primeiro trimestre deste ano. O que não se esperava, de início, é que iríamos enfrentar uma pandemia planetária, capaz de provocar a maior recessão global desde a grande depressão dos anos 1929/30. A revista semanal *The Economist* publicou, na primeira semana de maio, previsões para o desempenho do PIB, em 2020, de 42 das mais destacadas economias, localizadas nos diversos continentes. Conforme as previsões dos economistas consultados por aquela revista, dentre os 42 países, cerca de 38 deverão apresentar queda no PIB de 2020 e apenas 4 um pequeno aumento. Os Estados Unidos, que vinham crescendo em ritmo acelerado, com baixíssima taxa de desemprego, poderá ter uma queda de 3,5% no PIB de 2020, apesar dos megas programas de expansão fiscal e do grande afrouxamento monetário, destinados a amenizar os efeitos da pandemia. A China, cujo PIB vinha crescendo em torno de 6%, sofreu forte retração econômica no primeiro trimestre deste ano, mas poderá terminar o ano um crescimento de 1%. Na Zona do Euro, a queda no PIB poderá situar-se em 6%, com retração de 7% no Itália, 6% na Alemanha, 5% na França e 6% na Espanha. O PIB da Rússia, poderá cair 5,2%, mas a Índia, um dos grandes emergentes, poderá crescer 2,1% em 2020. O PIB do Japão poderá cair 1,6% e o da Coreia do Sul poderá cair 1,8%. Na América do Sul, a maior queda de PIB ocorrerá na Argentina, com retração de 6,7%, seguida pelo México com queda de 6,5% e do Brasil com queda de 5,5%. O PIB da África do Sul poderá cair 4,0% em 2020, segundo aquela publicação. Em suma, uma forte queda no PIB mundial, por conta do COVID-19, já é dada como certa para 2020. Como a pandemia dura cerca de 3 a 4 meses, na maioria dos casos, a queda

na atividade econômica ficará, também, concentrada em um a dois trimestres, após os quais começará a recuperação. Diante desse cenário, parece plausível esperar que 2021 seja um ano de forte recuperação na maioria das economias, após a pandemia de 2020. No curto prazo, a recuperação não dependerá tanto de novos investimentos, visto que a capacidade instalada já estará disponível para permitir o aumento da produção. O impulso virá a partir da recuperação da demanda, que será alimentada pela volta do emprego e pela expansão do crédito, esta estimulada pelas políticas monetárias expansionistas promovidas pelos bancos centrais. Como as bolsas costumam antecipar as perspectivas econômicas, é de se esperar que ainda neste primeiro semestre, parte das perdas já sejam recuperadas, como de fato já acontece. Uma recuperação mais generalizada deverá ocorrer ao longo do segundo semestre, quando a maioria dos países já terá superado a fase mais crítica da pandemia.

Não há dúvida de que uma forte recessão e uma grande perda de vidas, serão marcas dolorosas do COVID-19. Mas, também, algumas lições importantes serão aprendidas. Uma postura mais previdente das empresas, famílias e indivíduos, onde a poupança e o investimento, serão mais valorizados, deverá ganhar maior força, no pós-pandemia.





INVESTIMENTOS



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimento 2019-2023, revisada para 2020-2024, do Plano de Benefícios e do PGA, administrado pela OABPREV-RJ, tem como objetivos:

a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do Plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;

b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ) E ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCO (ARGR)

Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.661/18, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores da Entidade, a EFPC deve designar o administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001. Também, seguindo o Art. 9º da mesma Resolução, a EFPC deverá designar administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade. Desse modo, foi nomeado AETQ e ARGGR:

Nome: Rui Teles Calandrini Filho

Cargo: Diretor de Administração e Investimentos

MENSAGEM DO AETQ

A presente Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à OABPrev-RJ, com o objetivo de promover a rentabilidade, liquidez e segurança necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do Plano de Benefícios.

Por este motivo, a OABPrev-RJ sempre procura investir em empresas que possuam responsabilidade socioambiental e excelência em governança corporativa, respeitando os princípios de diversificação e liquidez e os limites da legislação vigente. A definição estratégica de alocação de recursos da OABPrev-RJ é definida de acordo com os cenários econômicos que servem como importantes sinalizadores no planejamento.

A cada ano, a Política de Investimento da OABPrev-RJ passa por uma rigorosa revisão e aprovação do Conselho Deliberativo, que considera as expectativas dos retornos, a tolerância ao risco, o horizonte de tempo e a composição de longo prazo, bem como seus impactos sobre os investimentos do Plano de Aposentadoria e sobre o fluxo de contribuições.

A Política de Investimento do Plano de Benefícios da OABPrev-RJ exibiu ajustamento nos índices de Benchmark da Renda Fixa e Variável e os índices de Benchmark de Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior permaneceram com o mesmo valor.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E META DE RENTABILIDADE

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	2019	2020
	BENCHMARK / META DE RENTABILIDADE	BENCHMARK / META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	75% CDI + 25% IMA-B	CDI + 0,5% a.a
Renda Variável	IBrX - 100	IBrX - 100
Multimercado	110% CDI	110% CDI
Imobiliário		IFIX
PLANO	60% CDI + 20% IMA-B + 10% IBrX-100 + 10% (110% CDI)	80% CDI + (0,50% A.A) + 10% IBrX-100 + 10% (110% CDI)

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

As tabelas a seguir apresentam as alocações-objetivo e os limites de aplicação para o plano e em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4661/2018.

SEGMENTO	CLASSE DE ATIVOS	2019			2020		
		TARGET	MÍN	MÁX	TARGET	MÍN	MÁX
Renda Fixa	Renda Fixa	80%	60%	100%	80%	55%	100%
Renda Variável	Ações Ativo	10%	0%	20%	10%	0%	20%
Estruturados	Multimercado	10%	0%	15%	10%	0%	15%
Imobiliário	Fundo Imobiliário / CRI	-	-	-	0%	0%	20%

LIMITES DE ALOCAÇÃO

As aplicações dos perfis devem observar os limites estabelecidos por esta política de investimento, pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, conforme definido nas tabelas abaixo.

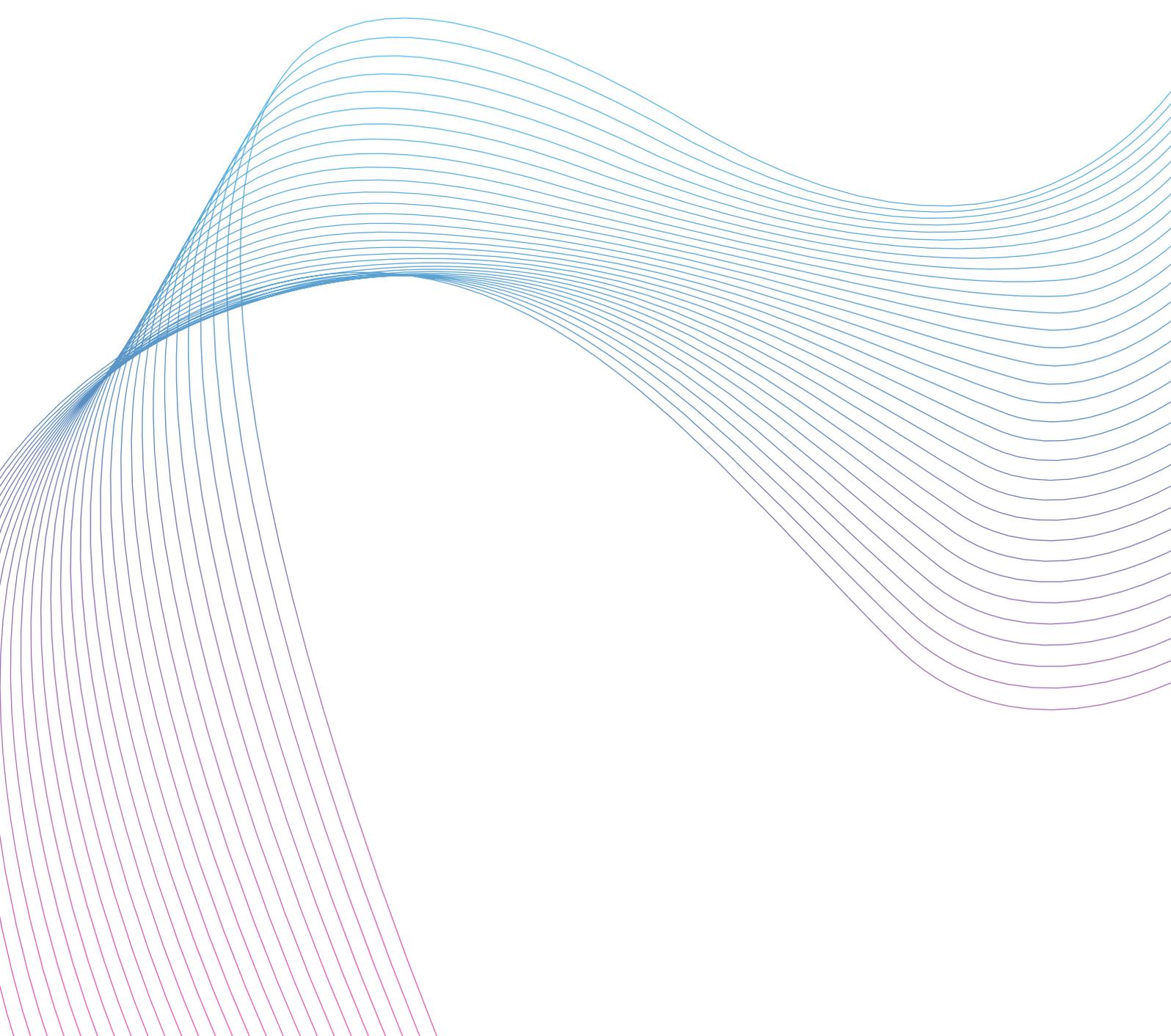
MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
RENDA FIXA	100%	100%
Titulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
ETF renda fixa composto por titulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias		80%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras.	80%	80%
ETF Renda Fixa		80%
Titulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais		0%
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		20%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias.	20%	20%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.		20%
FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB		20%
CPR, CDCA, CRA e WA		0%
RENDA VARIÁVEL	70%	10%
Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto admitidos à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança.	70%	10%
Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto.	50%	10%
Brazilian Depositary Receipts – BDR classificados como nível II e III.	10%	0%
Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.	3%	0%
ESTRUTURADO	20%	10%
FIP (cotas de fundos de investimento em participações).	15%	0%
FIM (cotas de fundos de investimento classificados como multimercado) e FICFIM (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado)	15%	10%
FAMA (cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso")	15%	0%
COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	10%
IMOBILIÁRIO	20%	20%
FII (cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e FICFII (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário))		20%
CRI (certificados de recebíveis imobiliários)	20%	0%
CCI (cédulas de crédito imobiliário)		0%
Estoque imobiliário		-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	0%
Empréstimos pessoais concedidos com recursos do Plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.	15%	0%
Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do Plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.		0%

EXTERIOR	10%	0%
FI e FICFI classificados como "Renda Fixa – Dívida Externa"		0%
ETF índice do exterior negociado em bolsa de valores do Brasil		0%
FI e FICFI com o sufixo "Investimento no Exterior" – 67%		0%
FI e FICFI com o sufixo "Investimento no Exterior"		0%
Brazilian Depositary Receipts – BDR classificados como nível I e FIA - BDR nível I (cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I").	10%	0%
Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos anteriores.		0%

ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores – Fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida mobiliária federal interna	20%	20%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Debêntures de Infraestrutura	15%	15%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	0%
Companhias abertas com registro na CVM	10%	10%
Organismo multilateral	10%	0%
Companhias securitizadoras	10%	0%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10%	0%
FIDC/FICFIDC	10%	10%
Fundos de índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10%	10%
Sociedades de Propósito Específico – SPE	10%	10%
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	10%	10%
FI/FIC Classificados como Dívida Externa no Segmento de Investimentos no Exterior	10%	10%
Fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores – Fundo de índice de renda fixa	10%	10%
Demais emissores	10%	10%

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	25%	25%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	25%	25%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	25%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25%	25%
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25%	25%
% do PL de Fundos de Investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores – Fundo de índice de renda fixa	25%	25%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25%	25%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	25%	25%

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários, exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário e debêntures de infraestrutura	25%	25%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25%



GESTÃO DE RISCOS

Risco de Mercado

Segundo o Art. 10 da Resolução CMN nº 4.661/2018, as Entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Esse acompanhamento do risco de mercado será feito através de dois índices amplamente conhecidos no mercado financeiro, o Value-at-Risk (VaR) ou Value-at-Risk(B-VaR), e o Tracking Error. O VaR (B-VaR) estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado.

Para Renda Fixa o risco é medido pelo Value at Risk relativo (B-VaR) com intervalo de confiança de 95%, para Renda Variável, o risco é medido pelo Tracking Error, com intervalo de confiança de 67%, conforme abaixo:

O limite de exposição a risco para cada segmento é dado por:

- Renda Fixa: B-VaR de 2,00% em relação ao Benchmark composto de Renda Fixa, para um período de 21 dias úteis;
- Renda Variável: Tracking Error máximo esperado de 10% para um horizonte temporal de um ano, com confiança de 67%;
- Investimento Estruturado: VaR absoluto de 5%, para um período de 21 DU.

Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus

compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando principalmente os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas em relação à estrutura dos ativos.

Para a tomada de decisão sobre um possível investimento em um papel de crédito, a EFPC deve considerar as características, garantias e fontes de risco do ativo em si.

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir.

No caso de investimentos indiretos (por meio de fundos de investimentos), cujo gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento do fundo.

Risco de Liquidez

A Entidade, continuamente, procede ao gerenciamento deste risco através de estudos de projeção de liquidez. Com a adoção dessa política, a Entidade visa a eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência das seguintes situações:

- Indisponibilidade de recursos para liquidação de suas obrigações atuariais (Passivo) na sua respectiva competência;

- Posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

Serão adotados os seguintes mecanismos de controle para mitigação desses riscos:

CONTROLES DO RISCO DE LIQUIDEZ	
RISCO	CONTROLES ADOTADOS
Cotização de Fundos de Investimento	Observação das regras para solicitação de resgates, cotização e pagamento de resgates;
	Observação do prazo de duração do fundo, no caso de fundos fechados.
Liquidez de Ativos	Observação dos limites de concentração e diversificações estabelecidos pela legislação vigente;
	Observação da liquidez do mercado secundário.
Pagamento de Obrigações	O risco de cumprimento das obrigações é continuamente monitorado e os estudos de macroalocação consideram essa premissa.

Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em

termos dos erros observados e dos impactos causados.

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;

- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;

- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- Da realização de relatórios de compliance, que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas

e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para o monitoramento do risco sistêmico será calculado o VaR da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como à diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

Risco Atuarial

O risco atuarial é proveniente da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para a fundação honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes do plano.

De acordo com a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, alterada pela Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, essas hipóteses representam expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do plano de benefícios. Além de considerar as hipóteses correntes, faz – se necessário incorporar as tendências futuras nos procedimentos atuariais. Por exemplo, deve – se levar em conta a taxa de juros corrente, mas também a provável tendência de redução, que vem sendo prevista para os próximos anos. Da mesma forma, é recomendável observar as expectativas atuais de mortalidade e longevidade do conjunto dos participantes e assistidos, bem como considerar as tendências de aumento da expectativa de vida que ocorre no mundo, inclusive no Brasil.

A mesma Resolução determina ainda que compete ao Conselho Fiscal da Entidade Fechada atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

Risco Relacionado à Sustentabilidade

Entidade, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam muito os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Entidade observar e zelar por esses princípios.

Aos gestores de recursos da Entidade recomenda-se, fortemente, observar esses princípios na hora de selecionar os investimentos que são feitos com os recursos do plano da Entidade, alocando-os, preferencialmente, em empresas que reconhecidamente incorporam em suas atividades elevados valores sociais e ambientais, além de adotarem altos padrões de governança corporativa e transparência em suas operações.

Entretanto a Entidade não irá impor qualquer limite de investimento que exija a observância de fatores de princípios ambientais, sociais e de governança, cabendo ao Gestor contratado tomar esse tipo de decisão. Os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos e regras.

A Entidade, na qualidade de administradora de planos, segue princípios, regras e práticas de governança, em conformidade com o seu porte e sua complexidade, de modo a garantir o cumprimento do seu dever fiduciário e dos seus objetivos estatutários e estratégicos que visam a gestão eficiente dos recursos que compõem as reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administra.

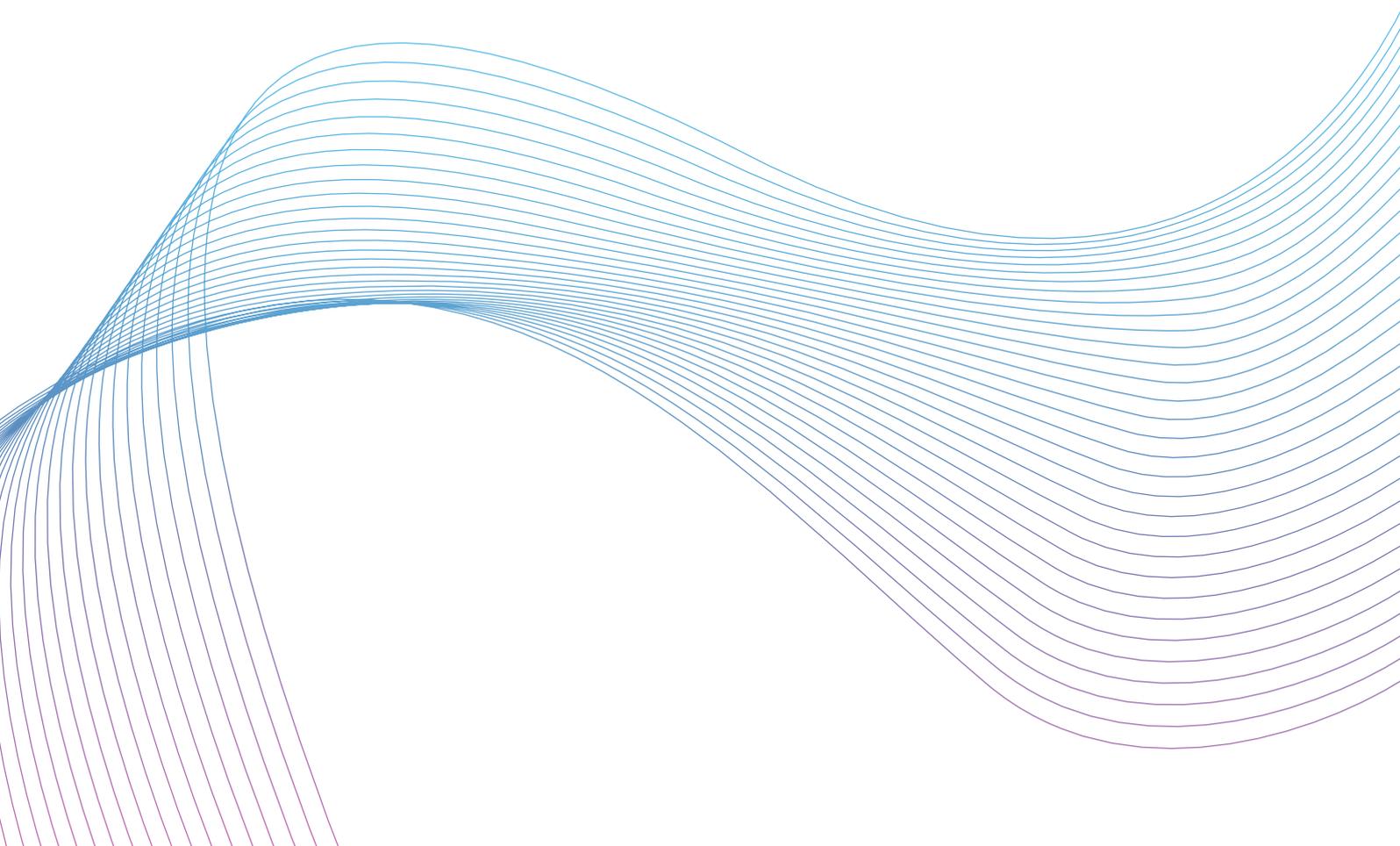
RENTABILIDADE AUFERIDA

A estimativa de retorno dos investimentos para o ano de 2020 foi definida com base no cenário econômico projetado, considerando as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer. A correlação entre os ativos também foram considerados. No quadro abaixo a estimativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como o que foi observado nos últimos períodos.

RENTABILIDADES – PLANO DE BENEFÍCIOS OABPREV-RJ						
SEGMENTO	2015	2016	2017	2018	2019*	ESTIMATIVA 2020**
Consolidado	14,38%	15,43%	7,23%	1,82%	1,27%	5,48%
Renda Fixa	12,21%	15,57%	8,99%	3,53%	-	5,00%
Renda Variável	2,43%	24,22%	-	-1,68%	-	9,27%
Multimercado	1,15%	-0,07%	-14,21%	-0,74%	-	5,50%

A íntegra da Política de Investimento da OABPREV RJ pode ser acessada através do site da Entidade : <http://www.oabprev-rj.com.br>

*Rentabilidade até novembro/2019, apurada pela variação ponderada das cota dos fundos exclusivos.





RESULTADOS **CONTÁBEIS**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da OABPrev-RJ estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009 e Instrução DC/PREVIC nº 5 de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, e as demais normas contábeis brasileiras aplicáveis.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Rui Teles Calandrini Filho

Diretor Presidente

CPF: 002.297.127-03

Rodrigo Francisco Do Prado Silva

Contador – CRC SP-221255/O

CPF: 011.932.857-71

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em R\$ mil)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2019	2018
Disponível	4	341	1.617
Realizável		115.705	152.412
Gestão Previdencial	5	24	290
Gestão Administrativa	6	24	8
Investimentos	7	115.657	152.114
Fundos de investimento		115.657	152.114
Permanente	8	360	373
Imobilizado		360	373
TOTAL DO ATIVO		116.407	154.402

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2019	2018
Exigível operacional	9	1.424	2.364
Gestão Previdencial		1.288	2.192
Gestão Administrativa		136	172
Exigível contingencial			
Gestão Previdencial	10	11	-
Patrimônio social		114.972	152.038
Patrimônio de cobertura do plano	11	114.292	151.665
Provisões matemáticas		114.292	151.665
Benefícios concedidos		22.400	29.623
Benefícios a conceder		91.892	122.042
Fundos	12	680	373
Fundos administrativos		680	373
TOTAL DO PASSIVO		116.407	154.402

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO %
A) Patrimônio social - Início do exercício	152.038	157.688	-3,58%
1. Adições	24.058	18.641	29,06%
(+) Contribuições previdenciais	18.419	13.994	31,62%
(+) Receitas Administrativas	5.639	4.647	21,34%
2. Destinações	(61.124)	(24.291)	151,63%
(-) Benefícios	(26.340)	(18.415)	43,03%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(29.436)	(711)	4040,15%
(-) Despesas administrativas	(5.329)	(5.163)	3,22%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	(3)	(2)	44,36%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(16)	-	100,00%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	(37.066)	(5.650)	556,04%
(+/-) Provisões matemáticas	(37.373)	(5.132)	628,24%
(+/-) Fundos administrativos	307	(518)	-159,27%
B) Patrimônio social - Final do exercício (A+3)	114.972	152.038	-24,38%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO %
A) Ativo líquido - Início do exercício	151.665	156.797	-3,27%
1. Adições	18.419	17.742	3,82%
(+) Contribuições	18.419	14.464	27,34%
2. Destinações	(55.792)	(22.874)	143,91%
(-) Benefícios	(26.175)	(18.415)	42,14%
(-) Custeio administrativo	(164)	(470)	-65,03%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(29.436)	(711)	4040,15%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(16)	-	100,00%
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	(37.373)	(5.132)	628,24%
(+/-) Provisões matemáticas	(37.373)	(5.132)	628,24%
B) Ativo líquido - Final do exercício (A+3)	114.292	151.665	-24,64%
C) Fundos não previdenciais	307	(518)	-159,27%
(+/-) Fundos administrativos	307	(518)	-159,27%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO %
1. Ativos	116.270	154.230	-24,61%
Disponível	335	1.617	-79,29%
Recebível	704	663	6,15%
Investimento	115.232	151.950	-24,16%
Fundos de investimento	115.232	151.950	-24,16%
2. Obrigações	1.299	2.192	-40,75%
Operacional	1.288	2.192	-41,24%
Contingencial	11	0	100,00%
3. Fundos não previdenciais	680	373	82,18%
Fundos administrativos	680	373	82,18%
5. Ativo líquido (1-2-3)	114.292	151.665	-24,64%
Provisões matemáticas	114.292	151.665	-24,64%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	373	891	-58,14%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.639	4.647	21,34%
1.1. Receitas	5.640	4.647	21,36%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	165	470	-64,89%
Custeio administrativo dos Investimentos	1.881	2.032	-7,41%
Receitas Diretas	1.959	2.145	-8,66%
Outras Receitas	1.634	-	100,00%
2. Despesas administrativas	(5.329)	(5.163)	3,22%
2.1. Administração Previdencial	(5.183)	(5.047)	2,69%
Pessoal e encargos	(1.552)	(1.516)	2,38%
Treinamentos/congressos e seminários	(40)	(73)	-45,04%
Viagens e estadias	(201)	(136)	47,53%
Serviços de terceiros	(1.360)	(1.656)	-17,86%
Despesas gerais	(1.701)	(1.401)	21,41%
Depreciações e amortizações	(48)	(38)	26,51%
Tributos	(281)	(227)	23,72%
2.2. Administração dos investimentos	(146)	(113)	29,49%
Serviços de terceiros	(146)	(113)	29,49%
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	(3)	(2)	44,36%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	307	(518)	-159,27%
7. Constituição/Reversão do fundo administrativo (6)	307	(518)	-159,27%
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	680	373	82,18%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2019	2018	VARIAÇÃO %
Provisões técnicas (1+3+4)	115.591	153.857	-24,87%
1. Provisões matemáticas	114.292	151.665	-24,64%
1.1. Benefícios concedidos	22.400	29.623	-24,38%
Contribuição definida	22.400	29.623	-24,38%
1.2. Benefícios a conceder	91.892	122.042	-24,70%
Contribuição definida	91.892	122.042	-24,70%
Saldo de contas - Parcela Participantes	91.892	122.042	-24,70%
4. Exigível operacional	1.288	2.192	-41,24%
4.1. Gestão Previdencial	1.288	2.192	-41,24%
5. Exigível contingencial	11	-	100,00%
5.1. Gestão Previdencial	11	-	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado Rio de Janeiro - OABPREV - RJ é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria n° 761, de 18 de outubro de 2006, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores Fundadores do OABPREV - RJ, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro (OAB/RJ) e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro (CAARJ), instituidores do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro (RJPrev).

O OABPREV - RJ tem Sede e Foro na Avenida Beira-Mar, n° 200 - 7° andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV - RJ tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser

criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a OABPREV - RJ dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPREV - RJ não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A OABPREV - RJ possuía em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as seguintes quantidades de participantes:

QUANTIDADE		
	2019	2018
Ativos	5.610	5.852
Assistidos	193	192
TOTAL	5.803	6.044

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da OABPREV - RJ estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC 18, de 18 de novembro de 2019, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as demais normas contábeis brasileiras aplicáveis.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas: As Adições e

Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Provisões Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial: São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela Entidade e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis: A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação, provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

d) Operações Administrativas: Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Instrução DC/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011 os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências

administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos do plano.

As receitas administrativas da OABPREV - RJ são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas na Política de Investimentos do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da OABPREV - RJ, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Realizável

- **Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da OABPREV - RJ, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes, exceto para os autopatrocinados que são registrados pelo regime de caixa.

- **Gestão Administrativa:** O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Fluxo dos Investimentos:** Em atendimento à Resolução do CGPC nº 29, de 13 de abril de 2018, alterada pela Resolução da CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as

perdas não realizadas reconhecidos na rubrica "Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial" na DMPS e DMAL.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, e reconhecidos na DMPS e DMAL.

f) Exigível Operacional: São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

g) Exigível Contingencial: São registradas ações contra a Entidade nas áreas administrativa, trabalhista e fiscal, que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira. Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- **Provável:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- **Possível:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota;
- **Remota:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

(VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Caixa – Administração Geral	4	-
Bancos Conta Movimento	335	1.617
Banco Itaú Unibanco S.A.	67	44
Banco Sicoob Banco - Advrj Credito	188	347
Banco - Advrj Credito	-	950
Banco Bradesco	16	133
Banco Santander	43	78
Banco do Brasil	6	65
RJI Investimentos	15	-
Vinculado	2	-
Cotas Capital Sicoob	2	-
	341	1.617

REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra basicamente os depósitos judiciais que a Entidade realizou durante o ano de 2019, totalizando R\$ 19.822,41. Assim como recursos a identificar e pagamentos indevidos ocorridos no exercício de 2017, no total de R\$ 4.439,29. A OABPREV - RJ vem evidenciando esforços para identificação e regularização do montante durante o exercício de 2019.

(VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Depósitos Judiciais/Rekursais	20	-
Valores a identificar	3	3
Pagamentos Indevidos	2	2
	24	5

REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recursos a receber do programa de gestão administrativa decorrentes dos adiantamentos de viagens a dirigentes, adiantamento a fornecedores, impostos, taxas e seguros.

(VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Responsabilidade Empregados	8	-
Responsabilidade Terceiros	2	8
Despesas Antecipadas	14	-
	24	8

REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a OABPREV - RJ possuía todos os investimentos em cotas de fundos exclusivos e apresentava os seguintes saldos, calculados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Fundos de Investimento		
Referenciado		
OABPREV-RJ FIM	-	71.836
Multimercado		
OABPREV-RJ FI Multimercado Previdência Fundo de Investimento	44.478	80.278
OABPREV-RJ FIM	71.179	-
	115.657	152.114

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 29 de 13 de abril de 2018, a Entidade classificou seus investimentos na categoria "Títulos para Negociação", com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido. As cotas dos fundos de investimentos encontram-se custodiadas por meio do seguinte gestor: RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, encarregados pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A rentabilidade da quota contábil no ano de 2019 foi de -20,46% (-1,71% - 2018), a variação negativa da rentabilidade, se deu principalmente na carteira OABPrev-RJ FIM Prev, onde foi realizada a provisão para devedores duvidosos em 31/10/2019, no valor de R\$ 29.759.655,97, referente as Debêntures ROMPRO, FIP Saúde, e fundos com participação no Projeto GBX Tietê, como: Osasco Properties FII e Sofi III.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS (VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Disponibilidades	-	1
BNY Mellon Arx Fundo de investimento referenciado DI longo prazo	-	754
Mongeral Aegon Macro Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	-	2.996
Notas do Tesouro Nacional	-	3.599
Letra Financeira do Tesouro	55.671	48.172
Letras do Tesouro Nacional	978	16.330
Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.560	35
Renda Fixa FIRF Simples	1.808	-
Multimercado Macro	2.162	-
Valores a pagar/receber	-	-51
	71.179	71.836

MULTIMERCADO (VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Deb Simpl - Debêntures simples - ROMPRO	547	4.893
CRI Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.086	8.578
Disponibilidades	-	12
Letra Financeira do Tesouro	5.198	276
Viracondo Fundo de Investimento Imobiliário	1.625	2.126
Ações	55	61
FII Cica Jundiá	810	-
FII Shopping Ipiranga	179	-
FGRP Fundo de Investimento Imobiliário	11.604	11.662
Fundo de Investimento Imobiliário Sofi	10.706	10.737
Santod Dumont FIP Capital Semente	47	-
Osasco Properties Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	9.486	9.645
WNG FIC FIM Crédito Privado	8.949	-
REAG Infra Industrial Fundo de Investimento Participações Empresas Emergentes	-	9.436
Apolo Fundo de Investimento Multimercado	16.038	17.202
Fundo de Investimento Multimercado		
FL Shoppings Fundo de Investimento Imobiliário	-	1.409
Riviera Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa	2.455	2.933
Reag Infra Industrial Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes	-	256
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ONE Credit	-	2.399
Eficientia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	1.007
Valores a pagar/receber	-	-2.354
PDD (-)	-30.306	-
	44.478	80.278

A OABPREV – RJ não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativo constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a OABPREV – RJ.

Em dezembro de 2019 a OABPREV – RJ apresentava desenquadramento em relação a Política de Investimentos e a Resolução CMN n° 4.661:

a) Segmento de Renda Fica: Em relação à Política de Investimentos vigente, estava em desacordo por alocar menos que 60%.

b) Segmento de Estruturado: Apresentava o total de recursos aplicados em 24,99%, sendo o limite legal 20% em relação a Resolução CMN n° 4.661. Conforme Artigo 28, Inciso II, letra (d) da Política de investimentos, o limite máximo em Fundos Estruturados é de 25%, sendo que fundo RJI APOLO FI MULTIMERCADO concentrava 159,59%, o fundo RJI WEGOS MACROECONOMICS tinha 25,37% e o fundo WNG FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO possuía 8,09%.

c) Segmento Imobiliário: Em desacordo com a Resolução CMN n° 4.661 e com a Política de Investimentos por alocar 34,20% dos recursos, sendo o limite legal 20%.

d) Fundos Multimercados Estruturados: Está em desacordo por apresentar mais de 10% em aplicações de Fundos Multimercados Estruturados, em dezembro de 2019 possuía 13,82% em cotas RJI APOLO FI MULTIMERCADO, e 14,04% na ROMPRO PARTICIPAÇÕES - ROMP11.

PERMANENTE

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados e estão contabilizados ao custo de aquisição, ajustado por depreciações de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem. Todos os itens foram inventariados e classificados de acordo com a sua natureza conforme determina a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

(VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Imobilizado		
Bens Móveis	170	173
Computadores	18	14
Sistemas Operacionais	96	123
Móveis e Utensílios	24	20
Máquinas e Equipamentos	17	16
Bens Imóveis	191	200
Sala Comercial	79	82
Benfeitorias	112	118
	360	373

EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, as retenções a recolher incidentes sobre estes, os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados, e com vencimento em janeiro e os valores provisionados para a cobertura de riscos legais aos ex-associados do IASAERJ que deixaram de aderir ao OABPREV - RJ.

Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

GESTÃO PREVIDENCIAL (VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Benefícios a pagar	262	1.020
Aposentadoria	4	8
Resgate	25	721
Depósitos Consignados Devolvidos	233	291
Retenções a recolher	373	396
Imposto de Renda	343	396
Obrigações Contradas	577	720
Outras Exibibilidades	76	56
	1.288	2.192

GESTÃO ADMINISTRATIVA (VALORES EM R\$ MIL)	2019	2018
Contas a pagar	118	117
Salários e Encargos	118	117
Fornecedores	-	-
Retenções a recolher	4	6
Encargos Folha Administrativa	-	-
Imposto de Renda - Prestadores de Serviços	2	2
Pis/Cofins/CSLL - Prestadores de Serviços	3	4
Tributos a recolher	13	50
Pis/Cofins/Tafic	13	50

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A OABPREV - RJ responde judicialmente por ações judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes do plano, administrados pela OABPREV - RJ para que lhes sejam pagas diferenças da rescisão do contrato previdencial e devolução de contribuições pagas.

Em 31 de dezembro de 2019 a OABPREV - RJ apresentava três contingências classificadas como provável no valor de R\$ 10.568,65. Apresentava ainda, 16 contingências classificadas com possível no valor de R\$ 546.572,40.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro (PBPA - RJ) (CNPB 2006005774).

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Actuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e o próprio OABPREV-RJ.

O mesmo Atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, de acordo com nota técnica actuarial.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2019 pode ser resumida como segue:

(VALORES EM R\$ MIL)	31/12/18	CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO	31/12/19
Provisões Matemáticas	151.665	-37.373	114.292
Benefícios Concedidos	29.623	-7.223	22.400
Contribuição Definida	29.623	-7.223	22.400
Saldo de Contas dos Assistidos	29.623	-7.223	22.400
Benefícios a Conceder	122.042	-30.150	91.892
Contribuição Definida	122.042	-30.150	91.892
Saldo de Contas - Parcela Participantes	122.042	-30.150	91.892

Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – Contribuição Definida, ela apresentou um decréscimo em decorrência da contabilização de provisão para devedores duvidosos nos investimentos, impactando diretamente na rentabilidade do plano, e reduzindo o saldo de conta dos assistidos.

Quanto à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a variação também se deve a provisão para devedores duvidosos nos investimentos, assim como o alto número de resgates realizados e as transferências ocorridas em decorrência da concessão de benefícios.

Hipóteses e Métodos Atuariais: As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

	2019	2018
Taxa real anual de juros	5% a.a.	5% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 -Básica F	AT-2000 -Básica F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 -Básica F	AT-2000 -Básica F

CRITÉRIO PARA CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS

(VALORES EM R\$ MIL)	31/12/18	CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO	31/12/19
Fundos	373	307	680
Fundos Administrativos	373	307	680
Plano de Gestão Administrativa	373	307	680

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e referem-se à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

CÓDIGO	CONTA (VALORES EM R\$ MIL)	VALOR
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	680
	Plano de Aposentadoria da ABBPREV	680
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	680
	Plano de Aposentadoria da ABBPREV	680

CRITÉRIO DE CUSTEIO E RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A OABPREV - RJ administra um único plano de benefícios. Sendo assim, não foi necessário definir critérios de rateio ou distribuição das despesas administrativas entre planos, apenas entre gestão previdencial e de investimentos.

O custeio das despesas administrativas do OABPREV - RJ teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos receitas

decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo..

A partir de abril de 2018 e durante 2019 a Entidade utilizou a taxa de administração de investimentos na proporção de 1,30% (um e trinta centésimos por cento) para custeio das despesas administrativas.

As despesas necessárias à Administração da OABPREV - RJ são registradas pelo plano de gestão administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto por meio de rateio entre os programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

Imposto de Renda: A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

i. por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou

ii. por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 10. de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

PIS e COFINS: Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme a Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

No exercício de 2019, foram pagos/provisionados PIS/COFINS no valor de R\$ 280 mil (em 2018 R\$ 210 mil), tendo sido contabilizados em contas de resultados no plano de despesas administrativas.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da OABPREV - RJ podem ser assim consideradas: os Participantes, Instituidores e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve operações com as partes relacionadas acima, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes, pagamentos de benefícios e pagamento de salários e encargos sociais).

Remuneração da Administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve gastos com remuneração aos seus diretores e conselheiros.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde janeiro de 2020, com o crescimento do novo Coronavírus (COVID-19) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS), os mercados financeiros globais tem apresentado muita oscilação, principalmente, nos ativos financeiros. Os Governos estão se esforçando para controlar essa pandemia e fazer com que os impactos sejam os menores possíveis para a sociedade em geral. Os impactos na economia ainda são incertos, sendo difícil mensurar o quão isso afetaria a sociedade. Toda a diretoria executiva da OABPrev-RJ monitora a situação, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras vem apresentando uma enorme desvalorização no valor dos ativos financeiros.

Rui Teles Calandrini Filho

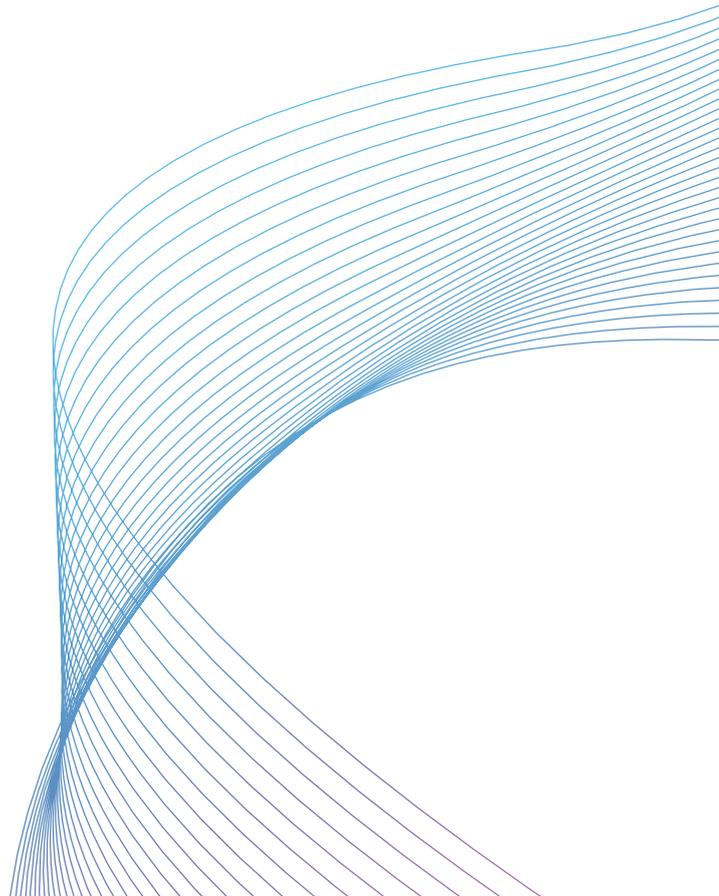
Diretor Presidente

CPF: 002.297.127-03

Cleire Busto Guimarães Dos Santos

Técnica Contábil – CRC SC 020670/O-2

CPF: 099.042.802-82



OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
*Administradores, Conselheiros e Participantes do
Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos
Advogados do Brasil, Seção do Estado do
Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos
Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPrev-
RJ Rio de Janeiro - RJ.*

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPrev-RJ (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos relacionados aos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada " Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Conforme mencionado na nota explicativa no 07 às demonstrações contábeis, a Entidade possui investimento no Fundo OABPREV-RJ FI Multimercado Previdência Fundo de Investimento no valor de R\$ 44.478 mil. Até a data de emissão de nosso relatório, não obtivemos as demonstrações contábeis auditadas do referido fundo. As últimas demonstrações contábeis auditadas que tivemos acesso refere-se ao exercício social findo em 30 de junho de 2018, cujo relatório do auditor independente foi emitido com modificação (ressalvas) em função do fundo possuir investimentos em fundos de investimentos e cujas demonstrações contábeis não se encontravam devidamente auditadas (Osasco Properties Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia - Osasco FIP no valor de R\$ 9.725 mil e Apolo Fundo de Investimento Multimercado - Apolo FIM no valor de R\$ 17.202), cujos valores de investimento representavam 32,04% do patrimônio líquido do fundo.

Durante o exercício de 2019, face as análises efetuadas pela administração da Entidade quanto a rentabilidade e liquidez dos recursos aplicados no fundo OABPREV-RJ FI Multimercado Previdência Fundo de Investimento, e consubstanciado ainda em relatório de fiscalização da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 31 de outubro de 2019 a Entidade constituiu provisão para perdas no montante de R\$ 29.760 mil, referente a diversos investimentos efetuados pelo fundo e que se apresentavam com pouca ou nenhuma liquidez, dentre os quais, os investimentos citados anteriormente.

Tendo em vista não termos obtido evidências de auditoria apropriadas e suficientes quanto a liquidez dos valores investidos pelo fundo OABPREV-RJ FI Multimercado Previdência Fundo de Investimento, principalmente quanto as suas demonstrações contábeis auditadas e dos fundos que integram a sua carteira de investimentos, não foi possível concluir se havia necessidade de ajustes nos valores investidos

e seus correspondentes reflexos no patrimônio do fundo e nos resultados por ele gerados, além daqueles já efetuados pela administração da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

OUTROS ASSUNTOS DESENQUADRAMENTO NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Conforme mencionado na nota explicativa no 07 às demonstrações contábeis, a Entidade não atendeu plenamente as disposições previstas na Resolução CMN 4.661/2018 e na Política de Investimentos no que se refere aos limites de alocação, encontrando-se desenquadrada nos segmentos estruturado, imobiliário, nos limites de alocação por emissor e nas vedações, assim demonstrados: a) no segmento estruturado, o PLANO OABPREV-RJ estava em desacordo no que tange ao limite máximo em Fundos Multimercados Estruturados, de acordo com a Resolução CMN n° 4.661 e com a Política de Investimentos vigente. Na ocasião, a o PLANO OABPREV-RJ possuía 24,99% de alocação em fundos estruturados, b) no segmento imobiliário, o PLANO OABPREV-RJ estava em desacordo com a Resolução CMN n° 4.661 e com a Política de Investimento vigente, por alocar mais de 20% no segmento Imobiliário, c) nos limites de alocação por emissor em relação ao plano, o PLANO OABPREV-RJ

estava em desacordo com o limite estabelecido na Política de Investimentos vigente e o limite do Art. 27, da Resolução CMN nº 4.661, no qual possui limite de alocação máximo de 10% em Fundos Multimercados Estruturados e demais emissores, d) nos limites de alocação por emissor em relação à Entidade, o PLANO OABPREV-RJ estava desenquadrado por concentrar mais de 25% em Fundos Estruturados. Conforme limites estabelecidos no Artigo 28, Inciso II, letra d, é permitido alocar até 25% do Patrimônio Líquido de fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento classificado no segmento estruturado, e e) nas vedações, o PLANO OABPREV-RJ estava em desacordo com a resolução CMN no 4.661, Capítulo XI, Artigo 36, Inciso V, por possuir aplicações na PACER LOGÍSTICA, equivalente a 1,99% dos recursos garantidores. Referido artigo veda à EFPC aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressamente previstos na referida Resolução.

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 27 de março de 2019, com opinião modificada referente ao desenquadramento uma vez que diversos investimentos apresentavam-se acima dos limites estabelecidos na Resolução CMN 4.661/2018 e na política de investimentos da Entidade e falta de evidencia de auditoria apropriada e suficiente que pudesse comprovar a posição patrimonial e financeira dos valores investidos no fundo de investimentos Fundo OABPREV RJ Multimercado Previdência Fundo de Investimento no valor de R\$ 80.278 mil, assim como a não apresentação das demonstrações contábeis do referido fundo devidamente auditadas bem como, de fundos que integram a respectiva carteira de investimentos.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 13 de março de 2020.

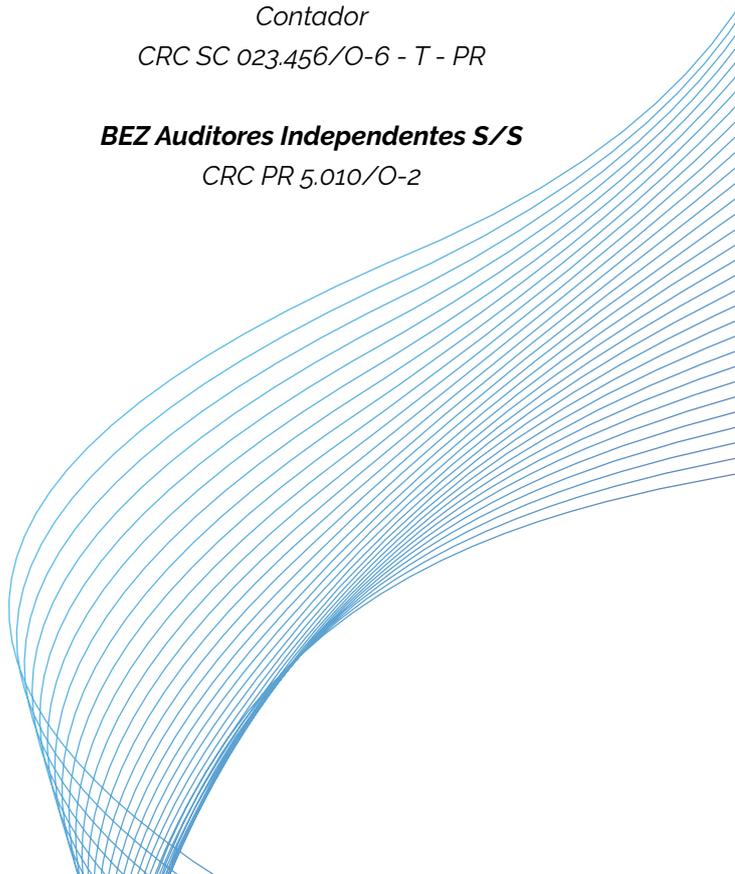
Marco Antônio Harger Lückmann

Contador

CRC SC 023.456/O-6 - T - PR

BEZ Auditores Independentes S/S

CRC PR 5.010/O-2



RESULTADOS **ATUARIAIS**

RELATÓRIO ATUARIAL

OBJETIVO

A presente Avaliação Atuarial tem a finalidade de apurar o resultado financeiro-atuarial em 31/12/2019 e dimensionar as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro - RJPrev, administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro – OABPrev-RJ. Com base em tais informações e no patrimônio para cobertura do plano informado pela Entidade, foi apurado o resultado técnico do plano.

Complementarmente, é avaliada a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas e os resultados do Plano de Gestão Administrativa, bem como são apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação e que passarão a vigorar a partir de 01/04/2020. Para tanto, estão considerados os parâmetros técnico-atuariais mínimos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30, 10/10/2018, vigente na data de posicionamento desta avaliação.

Os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, bem como hipóteses financeiras e atuariais, e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC.

BASE CADASTRAL

Referência dos dados cadastrais

As informações referentes aos participantes ativos, participantes assistidos e beneficiários assistidos foram enviadas pela Entidade em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2019 em formato "xls" e foram objeto de análise e testes de consistências.

Apresenta-se a seguir o consolidado estatístico da base cadastral dos participantes, onde são demonstradas as principais características da população em estudo e, no Anexo III deste relatório, são apresentadas todas as estatísticas da população correspondente, em conjunto com uma série de gráficos que buscam trazer à diretoria da Entidade informações gerenciais sobre o plano, de modo a facilitar a sua administração.

Validação dos dados

A base cadastral foi fornecida pela Entidade, no formato solicitado, em arquivos eletrônicos no dia 28/01/2020. Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2019. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis referentes ao mesmo período.

Estatísticas

Com base nas informações cadastrais e financeiras encaminhadas, foram realizadas análises estatísticas contemplando também um comparativo em relação aos anos de 2017 e 2018.

A. Participantes ativos

Tabela 1: Informações gerais

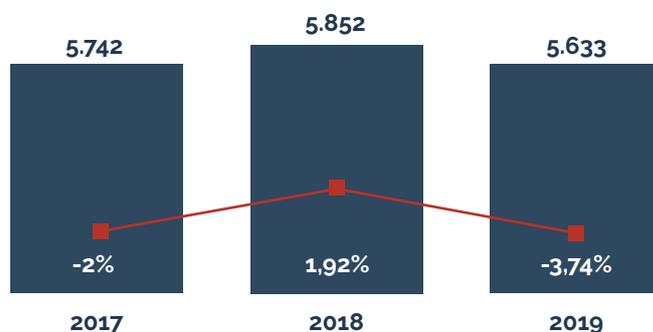
ITEM	2017	2018	2019*
Número de participantes	5.742	5.852	5.633
Idade média (anos)	41,34	41,42	41,75
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	5,26	5,64	6,1
Contribuição média**	R\$ 196,26	R\$ 198,33	R\$ 198,91
Saldo individual médio	R\$ 21.826,54	R\$ 20.615,74	R\$ 15.959,85
SALDO TOTAL	R\$ 125.328.000,82	R\$ 120.643.285,50	R\$ 89.901.826,38

(*) Quantidades e valores não contemplam 628 casos de indivíduos com inscrição cancelada, que continuam com saldos de conta individual na base de dados.

(**) Considerando-se a última contribuição realizada.

Diante da Tabela 1, percebe-se que a Entidade teve uma redução do número de participantes ativos em 2019, na ordem de 3,74%, quando comparado com o exercício de 2018. Esta observação fica melhor elucidada no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Evolução do número de participantes ativos



B. Participantes Assistidos

Tabela 2: Informações gerais

ITEM	2017	2018	2019
Número de assistidos	117	123	126
Idade média (anos)	67,85	69,04	69,55
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	10,36	11,41	12,42
Benefício médio	R\$ 1.501,67	R\$ 1.367,40	R\$ 1.314,24
Saldo individual médio	R\$ 163.048,53	R\$ 142.793,23	R\$ 104.832,68

Percebe-se, de acordo com a análise da Tabela 2, que ocorreu um aumento de 3 participantes no número de assistidos no ano de 2019. Do total de aposentadorias concedidas e em manutenção pelo plano, 120 referem-se ao benefício de aposentadoria programada e 6 referem-se ao benefício de aposentadoria por invalidez.

C. Beneficiários Assistidos

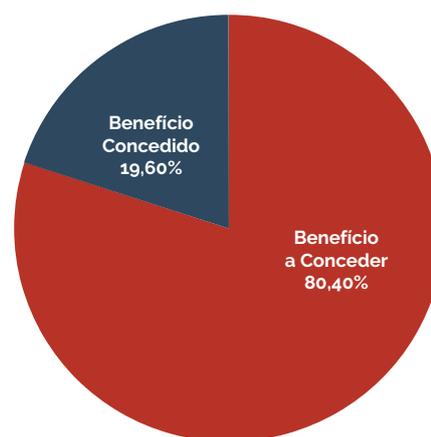
Tabela 3: Informações gerais

ITEM	2017	2018	2019
Número de pensionistas	68	71	70
Idade média (anos)	47,49	47,75	47
Benefício médio	R\$ 1.829,61	R\$ 1.720,29	R\$ 1.990,65
Saldo individual médio	R\$ 162.496,69	R\$ 169.854,07	R\$ 131.306,92

A tabela acima demonstra que houve um decréscimo de 1,41% no número de pensionistas em 2019 com relação ao ano de 2018.

Plano de benefícios

Gráfico 2: Distribuição das provisões matemáticas – 31/12/2019



O Gráfico 2 aponta que as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder acumulam 80,40% dos recursos destinados aos participantes e beneficiários do plano, restando 19,60% correspondente às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos. Essa análise poderá embasar os estudos da Entidade para a tomada de decisão quanto aos tipos de investimentos para alocação desses recursos.

Do total das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, R\$ 329.156,57 correspondem a portabilidades oriundas de outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar e R\$ 804.930,05 portabilidade proveniente de Entidades Abertas. Os referidos valores de portabilidade já estão rentabilizados pela variação da cota do plano.

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário. Não obstante, a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018, trouxe um detalhamento quanto à adoção das hipóteses do plano.

Nessa conformidade, foi realizado um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro, cujo resultado foi apresentado no Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais – ETAH 07/2019, e para o qual se solicitou uma manifestação de concordância da Entidade quanto às referidas hipóteses, para que pudessem ser adotadas na presente avaliação.

Uma vez ocorrida a manifestação solicitada, seguem abaixo as hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial de 2019, com vigência a partir de 01/04/2020, que serão apresentadas também nas Demonstrações Atuariais – DA.

Hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial 2019:

- a) Taxa Real de Juros: 5,00% ao ano, para os benefícios que considerarem esta hipótese no cálculo e recálculo correspondente;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - Basic - F; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 - Basic - F.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo das rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração

do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se para as Avaliações Atuariais do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro - RJPrev o regime financeiro de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira Individual, sob o qual serão constituídas as Provisões Matemáticas individualmente para os participantes, sendo estas equivalentes, a qualquer tempo, ao saldo da Conta Individual, acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Assim, não há garantia mínima de rentabilidade nas fases de capitalização e percepção dos benefícios, sendo adotada uma taxa real de juros como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice teórico de referência atuarial como ferramenta para comparar com a rentabilidade dos recursos garantidores.

A taxa real de juros, estimada como rentabilidade real, é utilizada também para fins de cálculos dos benefícios, conforme exposto anteriormente.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, está elaborado um quadro que contém as contas correspondentes às provisões e fundos do plano de benefícios em análise, calculadas a partir da base cadastral, que consta no ANEXO II do presente documento.

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro – RJPrev, em 31/12/2017 e 31/12/2018, para fins de comparação, e em 31/12/2019, data-base da presente Avaliação Atuarial:

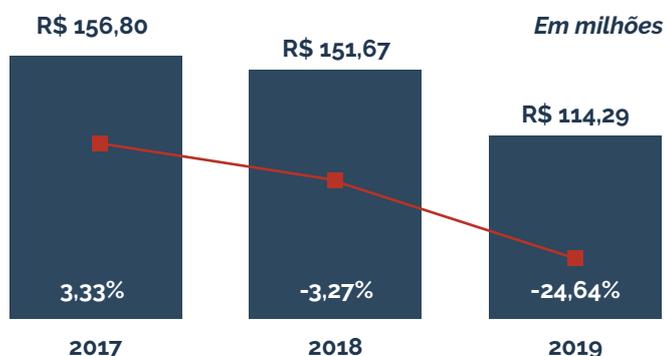
Tabela 4: Provisões matemáticas

BALANCETE				
CONTA	DESCRIÇÃO	2017	2018	2019 [*]
2.3	Patrimônio Social	R\$ 157.687.780,38	R\$ 152.038.500,62	R\$ 114.971.731,57
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 156.796.999,15	R\$ 151.665.453,35	R\$ 114.292.188,76
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 156.796.999,15	R\$ 151.665.453,35	R\$ 114.292.188,76
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 30.126.453,09	R\$ 29.623.206,45	R\$ 22.400.401,86
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 30.126.453,09	R\$ 29.623.206,45	R\$ 22.400.401,86
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 30.126.453,09	R\$ 29.623.206,45	R\$ 22.400.401,86
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 126.670.546,06	R\$ 122.042.246,90	R\$ 91.891.786,90
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 126.670.546,06	R\$ 122.042.246,90	R\$ 91.891.786,90
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	R\$ 126.670.546,06	R\$ 122.042.246,90	R\$ 91.891.786,90
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Revisão de Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 890.781,23	R\$ 373.047,27	R\$ 679.542,81
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 890.781,23	R\$ 373.047,27	R\$ 679.542,81
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

^(*) Está incluído o grupo de 628 indivíduos, registrados como participantes cancelados na base cadastral da Entidade, cujo valor total nos saldos de Conta Individual é equivalente a R\$ 1.989.960,51.

Gráfico 3:

Evolução do patrimônio para cobertura do plano



Por meio do Gráfico 3, pode-se observar uma involução do Patrimônio de Cobertura do Plano RJPREV, do período compreendido entre o ano de 2017 até 2019. Depreende-se que houve um decréscimo de -3,27% no Patrimônio comparando os exercícios de 2018 e 2017. Para os anos de 2019 e 2018, foi verificado uma redução de 24,64%.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Resultado atuarial

O Plano RJPREV, administrado pela OABPREV-RJ, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2019 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de Conta Individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, é o caso de atestar que as informações constantes deste relatório foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela OABPREV-RJ referente à data-base 31/12/2019.

Rentabilidade do plano

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda, sendo a taxa de juros adotada como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência atuarial (Benchmark) como ferramenta para mensurar e comparar sua rentabilidade.

A taxa de juros estimada como rentabilidade real é utilizada também para fins de cálculo dos benefícios, conforme formulação demonstrada em Nota Técnica Atuarial aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

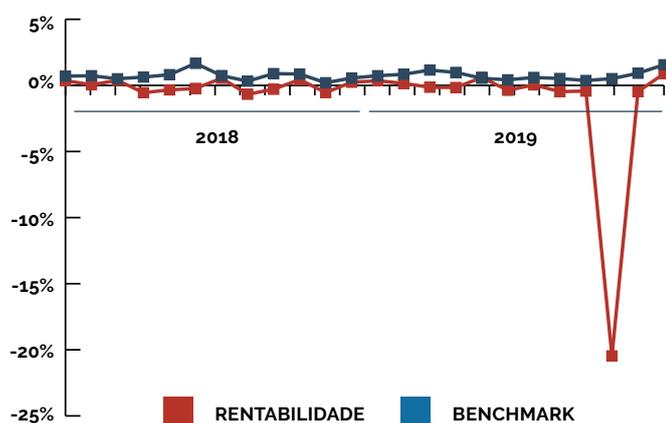
Observando o histórico das rentabilidades auferidas

pelos recursos garantidores do Plano RJPrev, correspondente ao período de janeiro/2018 a dezembro/2019, apurou-se uma rentabilidade negativa acumulada de -20,97%. Transformando essa rentabilidade em média anual, a taxa de retorno dos investimentos anual média nos dois últimos exercícios foi de -11,10% a.a.

Comparativamente, observando a acumulação do IPCA com 5% a.a. no período de janeiro/2018 a dezembro/2019, apurou-se um indicador acumulado de 18,47%. Transformando esse indicador em média anual, o Benchmark anual médio dos dois últimos exercícios foi de 8,84% a.a.

Analisando apenas os 12 últimos meses, de janeiro a dezembro/2019, observou-se que o plano não obteve rentabilidade positiva, pois registrou uma redução correspondente de 20,47%, enquanto que o índice de referência IPCA composto com taxa real de juros de 5% a.a. montou em 8,44%.

Gráfico 4: Análise de rentabilidade 2018 - 2019



É importante que a Entidade analise sua política de investimentos, avaliando possibilidades de novas aplicações para os ativos garantidores, com objetivos de alcançar o índice de referência atuarial, cuja taxa real de juros é de 5,00% ao ano.

Importante ainda destacar que, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, deve-se adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da

taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração de dez anos. Neste sentido, a taxa de juros parâmetro para a duração do passivo de 10 anos, observando-se a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria Previc nº 300, de 12/04/2019, é de 5,84% ao ano, sendo o limite inferior de 4,09% ao ano e o limite superior de 6,24% ao ano.

1 IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerado para cada mês de comparação com a rentabilidade a variação do INPC correspondente ao mês imediatamente anterior.

Plano de Gestão Administrativa

É importante também verificar a sustentabilidade do programa administrativo da Entidade com relação ao Plano de Benefícios RJPREV. Para isso, foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de janeiro a dezembro de 2019. O Custeio Administrativo é utilizado para cobertura das despesas administrativas da gestão do plano de benefícios e da Entidade, que são custeadas pelo Instituidor e pelos Participantes Ativos, Participantes Assistidos e Beneficiários. As movimentações financeiras do Plano RJPREV contemplam as seguintes receitas: Taxa de Carregamento, Taxa de Administração, juros e multas por atraso no pagamento das contribuições e Rentabilidade dos Investimentos relativos ao Fundo Administrativo.

Atualmente, estão vigentes as seguintes taxas, como fontes de receitas administrativas:

Taxa de carregamento:

a) Com relação aos Participantes Ativos, 5% sobre as contribuições efetuadas ao plano de benefícios;

b) Com relação aos Assistidos, taxa resultante do procedimento explicado abaixo, calculada individualmente, aplicada sobre o valor do benefício:

b.1) primeiramente, é apurada a média das 36 últimas

contribuições básicas, enquanto o Participante estava na condição de Ativo;

b.2) em seguida, esta média é multiplicada pela taxa de carregamento aplicada sobre as contribuições, vigente na data de início do benefício;

b.3) por último, o valor obtido anteriormente é dividido pelo valor do benefício, que resulta na taxa de carregamento para o assistido específico.

Taxa de administração: 1% ao ano incidente sobre os recursos garantidores;

Pró-labore: 24% das contribuições de risco, ou seja, da fatura da PAR – Parcela Adicional de Risco do Contrato de Transferência de Riscos da Cobertura Adicional de Morte e Invalidez e de Prestação de Serviço de Comercialização, firmado com sociedade seguradora.

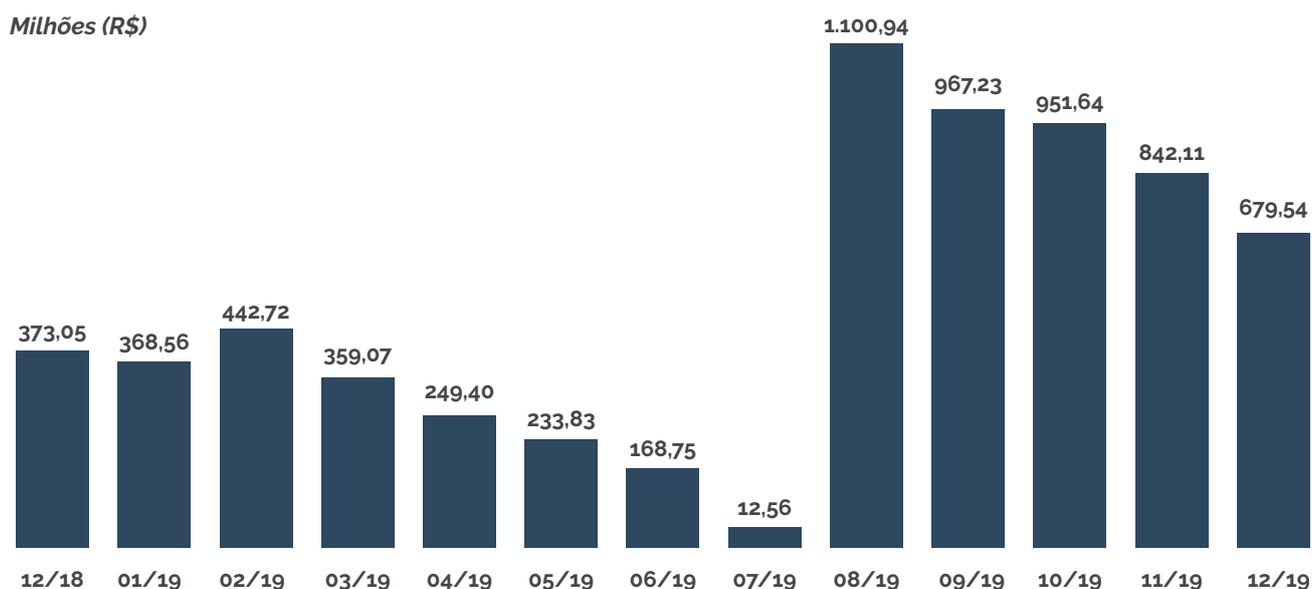
Observando-se o último exercício, a receita administrativa média mensal correspondeu ao valor de R\$ 469.639,78, e a despesa administrativa média

mensal a R\$ 444.098,48, de modo que a receita média foi superior à despesa média em R\$ 25.541,30. Nesta relação de correspondência, verificou-se que ocorreu, no último ano, um aumento de R\$ 306.495,54 no Fundo Administrativo, saindo de R\$ 373.047,27, em 31/12/2018, e alcançando R\$ 679.542,81, em 31/12/2019.

Ao longo do exercício de 2019 foi possível observar perdas relacionadas à rentabilidade dos investimentos do Fundo Administrativo. Contudo, ocorreu aumento de outras receitas administrativas, suficientes para cobertura das despesas correspondentes e também para elevação do Fundo Administrativo. Ainda assim, recomenda-se que a Entidade permaneça atenta com relação a melhor política de investimentos para otimizar as rentabilidades futuras.

Apresenta-se a seguir o gráfico que demonstra a evolução do saldo do Fundo Administrativo de dezembro/2018 a dezembro/2019, de modo a tornar mais elucidativa a visualização do comportamento desta conta:

Gráfico 5: Evolução do Fundo Administrativo



Considerações finais

Considerando-se todo o exposto no presente relatório, e principalmente por ser um Plano de Contribuição Definida, é conclusivo que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro – RJPREV encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro.

Florianópolis, 04 de março de 2020.

Altair Doerner Hoepers

Atuário MIBA nº 774

Data A Soluções em Previdência

PARECER ATUARIAL

OBJETIVO

Este parecer tem como objetivo atender o disposto na Instrução Previc nº 13, de 12/11/2014, que em seu artigo 2º, §1º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do plano de benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Portaria Previc nº 1.106, de 23/12/2019, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A Avaliação Atuarial com data-base em 31/12/2019 teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro – OABPrev-RJ, bem como avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, os resultados do Plano de Gestão Administrativa da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na citada avaliação e que terão vigência a partir de 01/04/2020.

BASE CADASTRAL

As informações referentes aos participantes ativos, participantes assistidos e beneficiários assistidos para a Avaliação Atuarial, foram fornecidas pela Entidade e enviadas em arquivo eletrônico pela administradora do sistema de cadastro, em 28/01/2020, e complementados em 03/03/2020, com data-base em 31/12/2019, em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a

Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2019. Foram também utilizadas para esta avaliação as informações contábeis fornecidas pela OABPREV - RJ, em 06/02/2020.

Em análise às informações encaminhadas, verificou-se uma redução de 219 indivíduos no número de participantes ativos em relação ao ano anterior, cujo percentual foi equivalente a -3,74%. Quanto aos participantes assistidos, ocorreu um aumento no número de aposentadorias, passando de 123, em 2018, para 126 benefícios em percepção, em 2019. Quanto aos pensionistas, observou-se que o número de benefícios concedidos em 2019 decresceu 1,41% em relação ao ano de 2018, sendo que em 2018 o total foi de 71 pensionistas e, em 2019, foi de 70.

HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, determina que as hipóteses atuariais, sejam estas biométricas, demográficas, econômicas ou financeiras, devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019, para vigência a partir de 01/04/2020, considerando-se a manifestação da Entidade quanto ao Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais – ETAH 07/2019, desenvolvido pelo atuário do Plano RJPREV, são:

a) Taxa Real de Juros: 5,00% ao ano, para os benefícios que considerarem esta hipótese no cálculo e recálculo correspondente;

b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - Basic - F; e,

c) Tábua de Mortalidade de Inválidos; AT 2000 - Basic - F.

Por se tratar de um plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes e beneficiários, mas sim para o cálculo das rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

RESULTADOS ATUARIAIS

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro - RJPREV, administrado pela OABPREV - RJ, apresentou, em 31/12/2019, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 114.292.188,76, sendo R\$ 22.400.401,86 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 91.891.786,90 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Pelas características da modalidade do plano, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de Conta Individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando-se assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atesta-se atuarialmente que as informações constantes deste parecer foram devidamente avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela

OABPREV - RJ referente à data-base 31/12/2019.

A rentabilidade auferida pelos recursos do plano de janeiro a dezembro/2019 foi negativa e equivalente a -20,47%. No mesmo período, o Índice de Referência, variação do IPCA acumulado com a taxa real de juros fixada na avaliação em 5,00% ao ano, resultou em 8,44%.

Por fim, quanto ao Plano de Gestão Administrativa, verificou-se a sua sustentabilidade em 2019, por conta da utilização das receitas administrativas e também de recursos acumulados anteriormente no Fundo Administrativo. Somado a isto, observou-se no exercício de 2019, que houve um aumento de R\$ 306.495,54 no Fundo Administrativo em relação ao ano de 2018, já que em 31/12/2018 correspondia a R\$ 373.047,27 e apresentava em 31/12/2019 um montante de R\$ 679.542,81.

Considerando-se todo o exposto no presente parecer, e principalmente por ser um Plano de Contribuição Definida, é o caso de concluir que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado do Rio de Janeiro - RJPREV encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial de 2019.

Florianópolis, 04 de março de 2019.

Altair Doerner Hoepers

Atuário MIBA nº 774

Data A Soluções em Previdência

2 IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerado para cada mês de comparação com a rentabilidade a variação do INPC correspondente ao mês imediatamente anterior.

ANEXOS

1. PLANO DE CONTAS CONTÁBIL

PROVISÕES MATEMÁTICAS

ENTIDADE: FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO RIO DE JANEIRO, E DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – OABPREV-RJ

NOME DO PLANO: PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO DO RIO DE JANEIRO - RJPREV

DATA-BASE DA AVALIAÇÃO:

12/31/2019

DATA DO CÁLCULO:

12/31/2019

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
2.3	Patrimônio Social	R\$ 114.971.731,57
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 114.292.188,76
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 114.292.188,76
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 22.400.401,86
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 22.400.401,86
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 22.400.401,86
2.3.1.1.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos - Aposentados	R\$ 13.208.917,38
2.3.1.1.01.01.01.02	Saldo de Contas dos Assistidos - Pensionistas	R\$ 9.191.484,48
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 91.891.786,90
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 91.891.786,90
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.01.01	Saldo de Contas – Patrocinadora - Empregadores	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.01.02	Saldo de Contas – Patrocinadora - Instituidores	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02.03	Saldo de Contas – Participantes - Cancelados Aguardando	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	R\$ 91.891.786,90
2.3.1.1.02.01.02.01	Saldo de Contas – Participantes – Subconta Individual	R\$ 89.901.826,38
2.3.1.1.02.01.02.02	Saldo de Contas – Participantes - Cancelados Aguardando	R\$ 1.989.960,51
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 679.542,81
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 0,00
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 679.542,81
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00

2. ESTATÍSTICA POPULACIONAL E GRÁFICOS GERENCIAIS

PARTICIPANTES ATIVOS

Gráfico 1: Distribuição dos participantes ativos por sexo

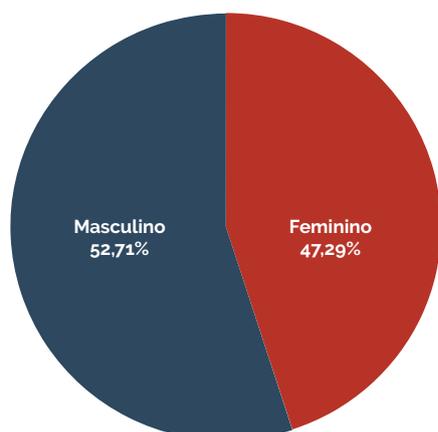
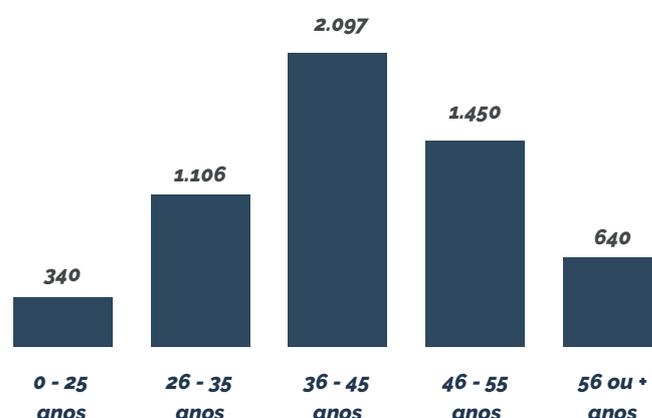


Gráfico 2: Distribuição dos participantes ativos por faixa etária

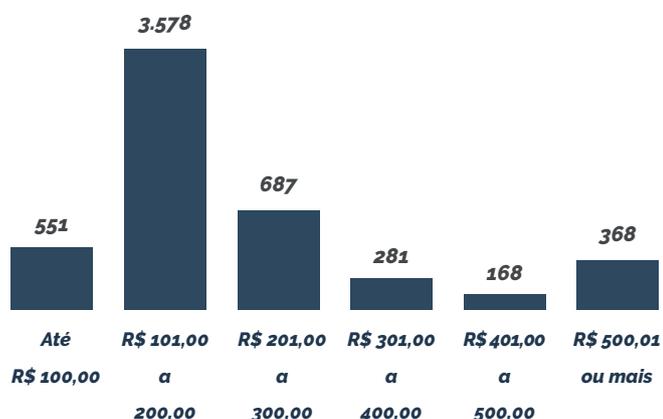


O conjunto dos participantes do plano é composto por 52,71% de integrantes do sexo masculino e 47,29% do sexo feminino. Segundo o IBGE, em 2018, a expectativa de vida ao nascer das mulheres brasileiras é de 79,9 anos e dos homens de 72,8 anos. Comparando com a Tábua AT 2000 - Basic - F, a expectativa de vida estimada ao nascer é de aproximadamente 84,34 anos. Com esta última tábua, uma pessoa com idade de 41 anos, que é a idade média dos participantes ativos, apresenta uma esperança de sobrevivência de mais 44,33 anos.

Conforme se verifica no Gráfico 2, uma boa parte dos participantes ativos do plano, aproximadamente 37,23%, se concentra na faixa etária de 36 a 45 anos. Se for considerado que os participantes esperam se aposentar em média aos 64 anos, tem-se que esses participantes permanecerão no plano por aproximadamente 19 anos, pelo menos.

Tendo em vista a média de tempo para que os participantes ativos se aposentem, é interessante que a Entidade tenha como diferencial uma rentabilidade que seja acima dos índices de referência do plano que administra. Com isto, os saldos de seus participantes irão evoluir além do esperado, trazendo, por conseguinte, um grau maior de satisfação na relação entre participantes e Entidade.

Gráfico 3: Distribuição dos participantes ativos por faixa de contribuição



De acordo com o Gráfico 3, percebe-se que a maioria dos participantes ativos, aproximadamente 73,30%, contribuem para o plano de benefícios com valores de até de R\$ 200,00 por mês. Com base nestas informações, caso a Entidade julgue prudente, esta poderá elaborar campanhas voltadas não somente à adesão de novos participantes, mas também ao incentivo para que os participantes atuais aumentem o nível de suas contribuições para o plano. Um resultado efetivo de uma ação como esta culminaria com uma evolução mais rápida do patrimônio, trazendo, conseqüentemente, maior sustentabilidade administrativa para a Entidade e melhores perspectivas de rentabilidade.

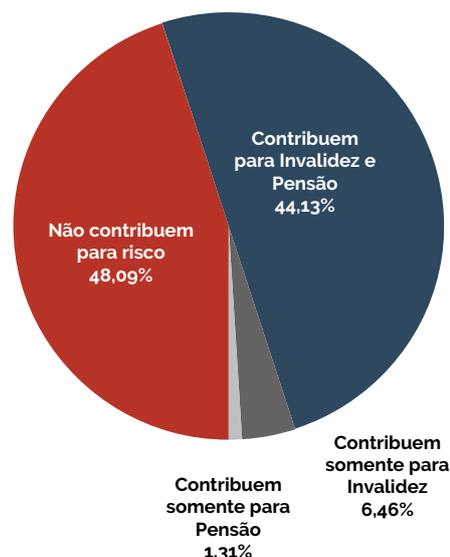
Gráfico 4: Distribuição das contribuições dos participantes ativos



O Gráfico 4 demonstra à Entidade a distribuição das contribuições efetuadas pelos participantes ativos, considerando as contribuições básica e de risco (invalidez e morte). Com base em tais informações, pode-se ter uma melhor visualização de qual o destino dos recursos aportados pelos participantes.

No plano, 64,58% das contribuições vertidas mensalmente compõe o saldo de contas dos participantes. A outra parte é despendida para a aquisição dos seguros em casos de morte e de invalidez, disponibilizados pela seguradora parceira da Entidade.

Gráfico 5: Distribuição dos participantes ativos por opção pelas contribuições de risco



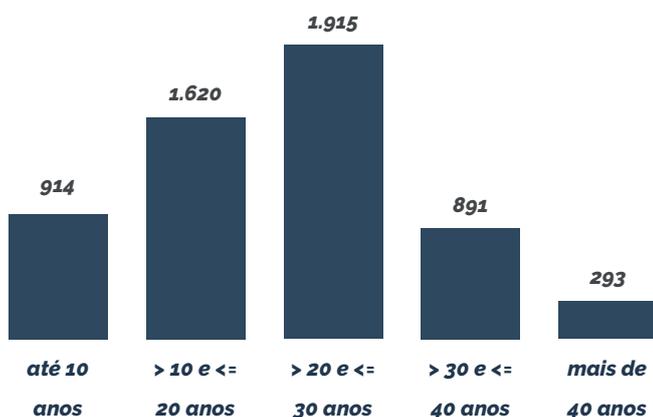
Por meio do Gráfico 5, vislumbra-se a proporção de participantes ativos por tipo de contribuição de risco que realizam. Assim, percebe-se que 44,13% dos participantes do plano contribuem para ambos os riscos, pensão e invalidez; 6,46% contribuem somente para invalidez e 1,31% contribuem apenas para pensão, totalizando 51,81% dos participantes ativos contribuindo de alguma forma para os benefícios de risco. Observa-se, contudo, que 48,09% do total de participantes não contribuem para nenhum tipo de benefício de risco.

Gráfico 6: Contribuição média: básica, pensão e invalidez



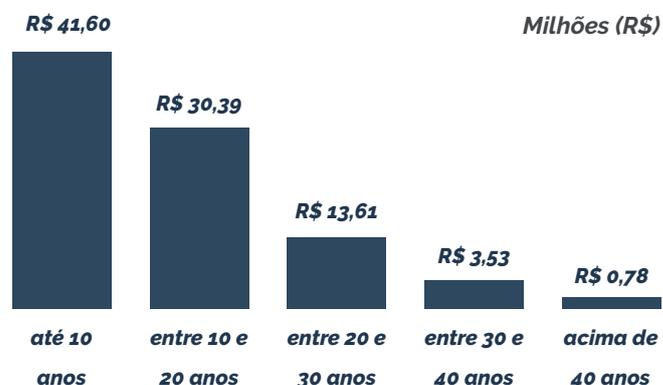
No Gráfico 6, verifica-se o valor médio das contribuições que são vertidas pelos participantes ativos ao plano e que compõem seus respectivos saldos individuais, bem como aquelas destinadas ao complemento dos benefícios de risco, decorrentes de morte e invalidez.

Gráfico 7: Distribuição do número de participantes ativos por tempo faltante para aposentadoria



O Gráfico 7 demonstra o número de participantes que integra cada faixa de tempo de espera para a aposentadoria. Assim, verifica-se que 34% dos participantes ativos do plano são pertencentes à faixa de tempo faltante para aposentadoria entre 20 e 30 anos. Essa observação pode ser considerada para uma melhor alocação estratégica dos recursos garantidores do plano de benefícios.

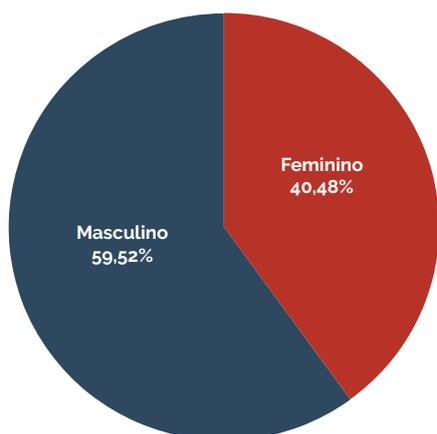
Gráfico 8: Provisão matemática constituída por tempo faltante para a aposentadoria



Com base no Gráfico 8, pode-se extrair também importantes informações para o estabelecimento das estratégias de investimentos da Entidade. Verifica-se que os participantes que estão na faixa até 10 anos para concessão de benefício concentram 46,27% da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC do plano.

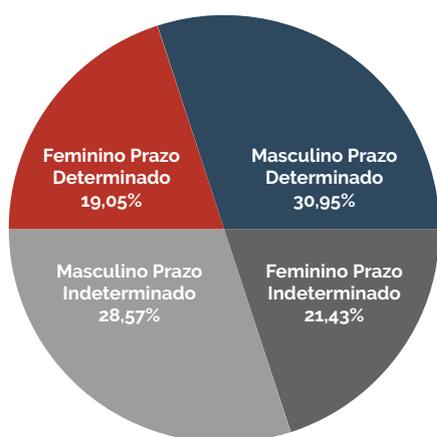
PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Gráfico 9: Distribuição dos participantes assistidos por sexo



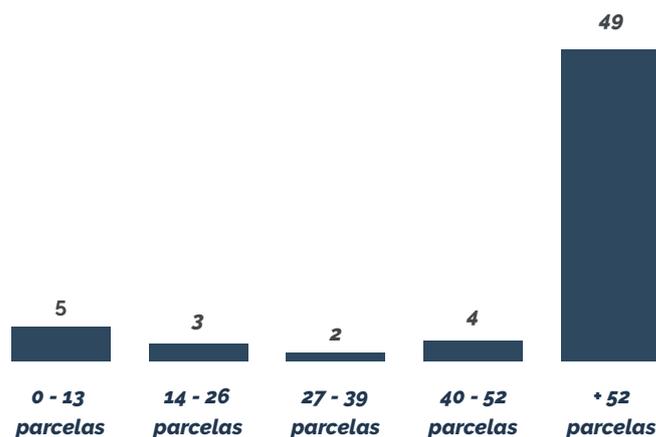
Observa-se no Gráfico 9 que, de todos os participantes assistidos com benefícios em manutenção no plano, 59,52% são do sexo masculino e 40,48% do sexo feminino.

Gráfico 10: Distribuição dos participantes assistidos por sexo e opção de recebimento do benefício



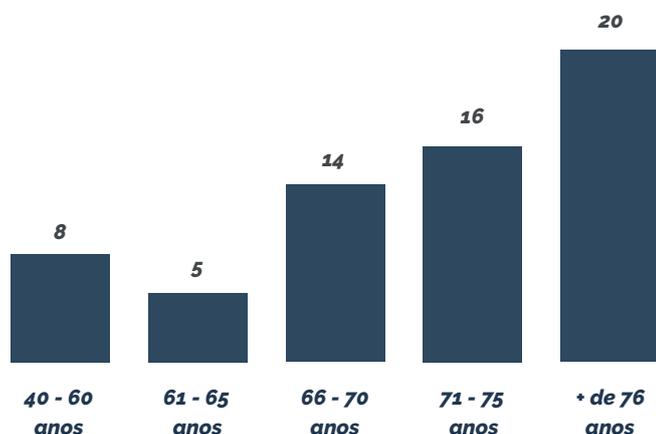
O Gráfico 10 demonstra que 19,05% dos participantes assistidos são do sexo feminino e optantes pelo recebimento da renda em Prazo Determinado, enquanto que 21,43% do total de participantes assistidos são do sexo feminino e optantes pela renda em Prazo Indeterminado. Para completar o total de participantes assistidos, temos que 28,57% são do sexo masculino e optantes pelo recebimento da renda em Prazo Determinado, enquanto que 30,95% do total são do sexo masculino e optantes pela renda em Prazo Indeterminado.

Gráfico 11: Distribuição dos participantes assistidos que optaram pelo prazo determinado, por parcelas remanescentes de recebimento do benefício



Pelo Gráfico 11, é possível observar que, na quantidade de 52 parcelas (equivalente ao prazo de 4 anos), haverá, pelo menos, a finalização de 14 pagamentos de benefícios de aposentadoria, dos quais 5 estão previstos para o ano de 2020. Recomenda-se que a Entidade adote mecanismos de alerta aos assistidos que estão próximos à finalização de seus benefícios.

Gráfico 12: Distribuição dos participantes assistidos que optaram pelo prazo indeterminado, por faixa etária



Ao analisar o Gráfico 12, percebe-se que a maioria dos participantes assistidos que optaram por receber o benefício de aposentadoria pelo prazo indeterminado (prazo calculado com base na expectativa de vida do assistido) está concentrada na faixa etária acima de 65 anos. A expectativa de vida de cada grupo etário apresentado acima, calculada pela Tábua AT 2000 - Basic - F, corresponde ao tempo esperado de pagamento dos benefícios de aposentadoria, conforme a seguir:

Tabela 1: Benefício e Expectativa de vida médios dos participantes assistidos, com renda em prazo indeterminado

FAIXA ETÁRIA	BENEFÍCIO ATUAL MÉDIO (R\$)	MÉDIA DA EXPECTATIVA DE VIDA (ANOS)
46 a 60 anos	1.738,60	29,4
61 a 65 anos	2.167,30	24,2
66 a 70 anos	973,82	20
71 a 75 anos	1.188,97	15,5
acima de 76 anos	1.119,76	10,7

Conforme demonstrado na Tabela 1, a média da expectativa de duração dos benefícios é de até 20 anos para os assistidos com idades acima de 65 anos, grupo este que representa 48% dos aposentados que optaram por receber o benefício pelo prazo indeterminado.

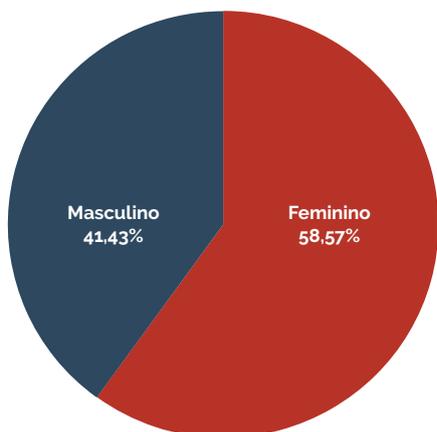
Gráfico 13: Distribuição dos participantes assistidos por valor de benefício



Observando o Gráfico 13, nota-se que a maioria dos participantes assistidos do plano, aproximadamente 56,35%, percebem benefício na faixa de R\$ 500,01 a R\$ 1.500,00.

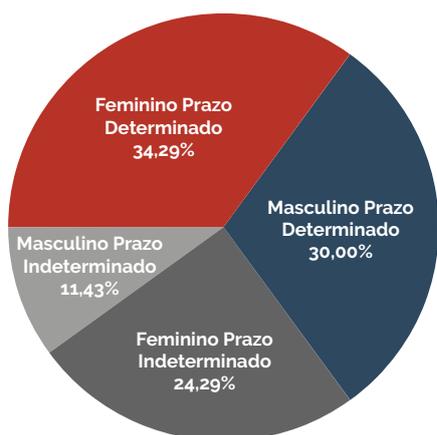
PENSIONISTAS

Gráfico 14: Distribuição de pensionistas por sexo



O Plano RJPrev possui 70 pensionistas, dentre os quais 58,57% são do sexo feminino e 41,43% são do sexo masculino.

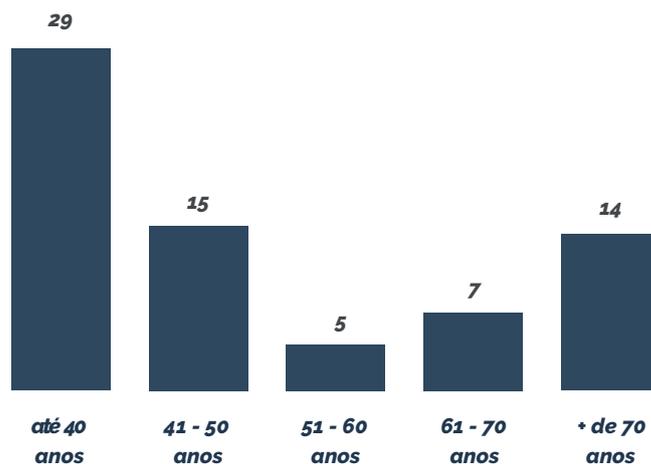
Gráfico 15: Distribuição dos pensionistas por opção de recebimento do benefício



O Gráfico 15 mostra que 34,29% dos pensionistas são do sexo feminino e optantes pelo recebimento da renda em Prazo Determinado, enquanto que 24,29% do total de pensionistas são do sexo feminino e optantes pela renda em Prazo Indeterminado. Para completar o total de pensionistas, temos que 30,00% são do sexo masculino e optantes pelo recebimento

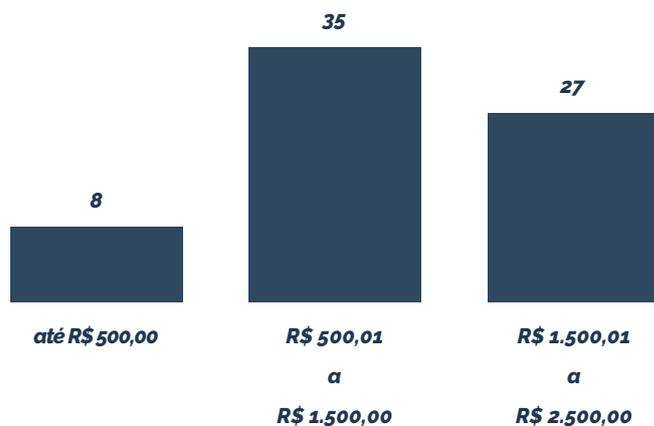
da renda em Prazo Determinado, enquanto que 11,43% do total são do sexo masculino e optantes pela renda em Prazo Indeterminado.

Gráfico 16: Distribuição de pensionistas por faixa etária



O Gráfico 16 demonstra que 41,43% da população de pensionistas encontra-se na faixa etária de até 40 anos.

Gráfico 17: Distribuição de pensionistas por faixa de benefício



No Gráfico 17, pode-se notar que 50,00% dos pensionistas recebem benefício entre R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00.

MANIFESTAÇÕES
DOS
CONSELHOS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPrev-RJ, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado a Demonstração do Ativo Líquido - DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL consolidada e por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2018, são de opinião de que seja Aprovado com as Ressalvas feitas no Relatório dos Auditores Independentes, especialmente o transcrito abaixo:

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPREV - RJ ("Entidade" ou "OABPREV - RJ"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais reflexos relacionados aos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPREV - RJ, em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Desenquadramento dos investimentos imobiliários, certificados de recebíveis imobiliários e demais emissores e vedações diversas: Conforme a Nota Explicativa nº 07, a Entidade possui investimento no Fundo OABPREV - RJ Multimercado Previdência Fundo de Investimento no montante de R\$ 80.278 mil. Até a data de emissão deste relatório, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, que pudessem comprovar a posição patrimonial e financeira do fundo investido, bem como as suas demonstrações contábeis auditadas nessa data base. As últimas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2018, continha ressalva pelo fato do Fundo possuir investimentos no Osasco Properties Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Osasco FIP") no

montante de R\$ 9.725 mil correspondente a 11,57% do seu patrimônio líquido e investimento no Apolo Fundo de Investimento Multimercado ("Apolo FIM") no montante de R\$ 17.202 mil, correspondente a 20,47% do seu patrimônio líquido. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Fundo adquiriu novos investimentos nos fundos FGRP Fundo de Investimento Imobiliário, Fundo de Investimento Imobiliário Sofi e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios One Credit, no montante de R\$ 24.798 mil. Até a presente data de emissão deste relatório, não tivemos acesso as demonstrações contábeis auditadas destes fundos investidos e tampouco nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, através de procedimentos alternativos de auditoria quanto aos saldos apresentados para aqueles fundos investidos e dos resultados por eles gerados. Conseqüentemente, não foi possível concluir se havia a necessidade de ajustes nesse investimento e quais seriam seus impactos sobre o

patrimônio líquido do Fundo e sobre o seu resultado no exercício nesta data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis."

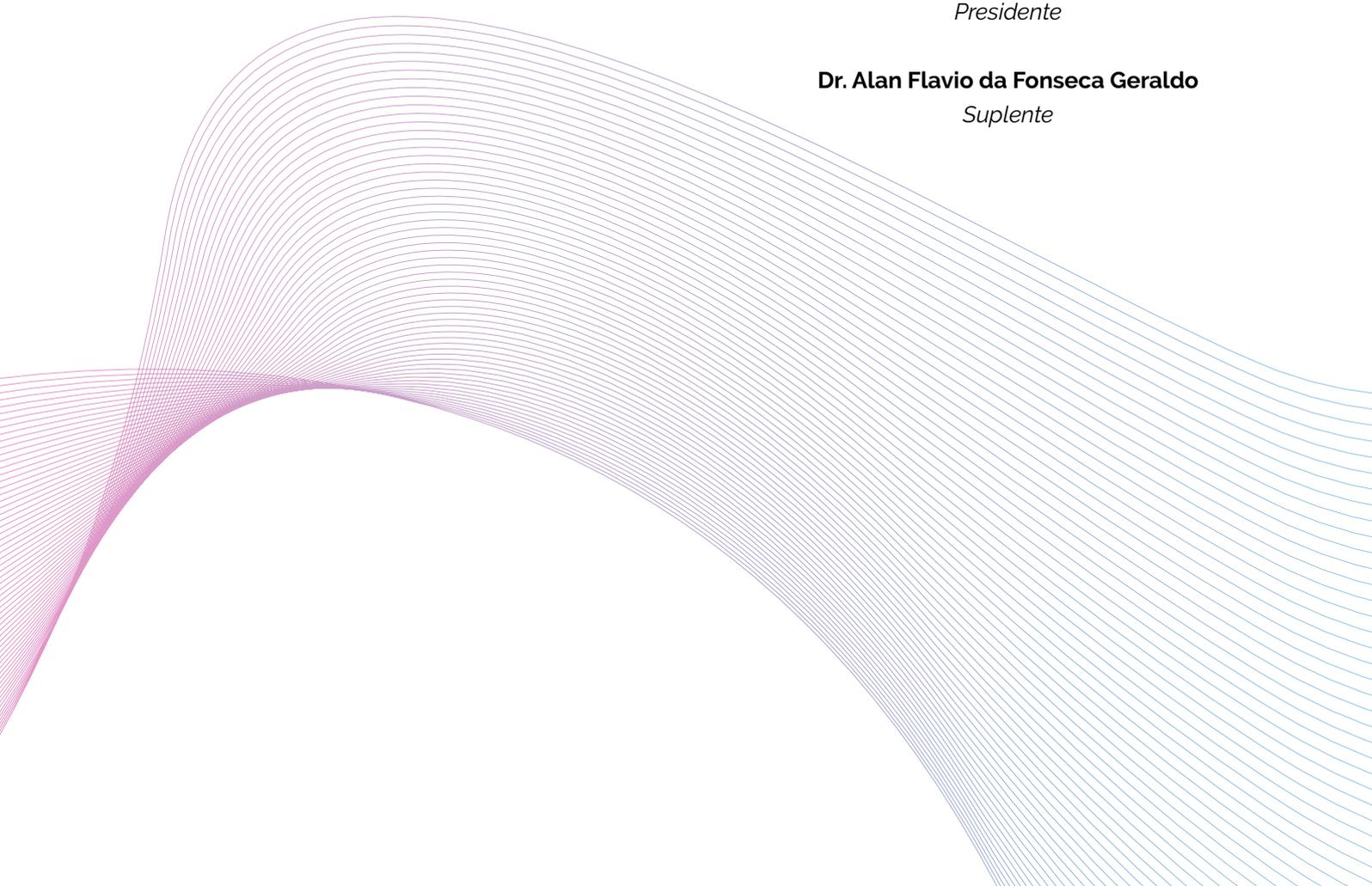
Rio de Janeiro, 20 de março de 2019.

Dra. Themis Aline Calcavecchia dos Santos

Presidente

Dr. Alan Flavio da Fonseca Geraldo

Suplente



MANIFESTAÇÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DELIBERATIVO DA OABPREV-RJ EM 27 DE MARÇO DE 2019

As 15h30min do dia 27 de março de 2019, em sua sede, na Avenida Beira-Mar, 200 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; reuniram-se, sob a Presidência do Dr. Roberto Silva de Siqueira - Presidente do Conselho Deliberativo, do Vice-Presidente Jose Antonio Rolo Fachada e dos demais membros do Conselho Deliberativo: Dr. Luis Claudio Martins Teixeira, Dr. Norberto Judson S Bastos e Dr. Gustavo de Abreu Santos. Presentes também o Presidente da Diretoria Executiva Rui Teles Calandrini Filho; a auditora da BDO: Patricia Hanzelmann eo contador Rodrigo Prado da JCMB. O Sr. Presidente do Conselho abriu a sessão com a presença e colaboração de todos, aprovada a pauta de reunião, em seguida, deliberaram sobre os seguintes assuntos:

1) Análise e aprovação do relatório anual e os atos e contas da Diretoria Executiva relativos ao exercício findo e demais relatórios de auditoria enviados pelo Conselho Fiscal (art. 18, §3º c/c art. 27, XIII do Estatuto); Dada a palavra ao contador Rodrigo Prado para os esclarecimentos devidos, bem como a auditora Patricia. Em seguida foi dada a palavra ao Dr. Rui, Presidente da Entidade, que teve a oportunidade de esclarecer alguns fatos ocorridos no exercício de 2018 que justificaram o aumento das despesas administrativas e o baixo rendimento dos investimentos, bem como as atitudes que já estão sendo tomadas pela nova gestão no sentido de reverter o quadro contábil do exercício de 2018.

Os Conselheiros tomaram conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações

contábeis do ano de 2018, acatando a manifestação do Conselho Fiscal aprovado por unanimidade dos documentos apresentados ratificando as ressalvas do Conselho Fiscal, abaixo transcritas:

RESSALVAS:

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPREV - RS PREV - RJ", que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais reflexos relacionados aos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro e da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - OABPREV - RJ, em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc). Base

para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

DESENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS E DEMAIS EMISSORES E VEDAÇÕES DIVERSAS

Conforme a Nota Explicativa no 07, a Entidade possui investimento no Fundo OABPREV - RJ Multimercado Previdência Fundo de Investimento no montante de R\$ 80.278 mil. Até a data de emissão deste relatório, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, que pudessem comprovar a posição patrimonial e financeira do fundo investido, bem como as suas demonstrações contábeis auditadas nessa data base. As últimas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2018, continha ressalva pelo fato do Fundo possuir investimentos no Osasco Properties Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Osasco FIP") no montante de R\$ 9.725 mil correspondente a 11,57% do seu patrimônio líquido e investimento no Apolo Fundo

investimento Multimercado ("Apolo FIM") no montante de R\$ 17.202 mil, correspondente a 20,47% do seu patrimônio líquido. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Fundo adquiriu novos investimentos nos fundos FGRP Fundo de Investimento Imobiliário, Fundo de Investimento Imobiliário Sofi e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios One Credit, no montante de R\$ 24.798 mil. Até a presente data de emissão deste relatório, não tivemos acesso as demonstrações contábeis auditadas destes fundos investidos e tampouco nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, através de procedimentos alternativos de auditoria quanto aos saldos apresentados para aqueles fundos investidos e dos resultados por eles gerados. Conseqüentemente, não foi possível concluir se havia a necessidade de ajustes nesse investimento e quais seriam seus impactos sobre o patrimônio líquido do Fundo e sobre o seu resultado

no exercício nesta data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis."

O Conselho requer que a Diretoria Executiva elabore um plano de ação no sentido de reverter o quadro contábil referente a exercício de 2018 bem como apresentar um relatório na próxima reunião do Conselho das atitudes tomadas.

2) Apreciação dos balancetes e relatórios de investimentos dos meses de novembro e dezembro de 2018: Foram analisados os balancetes contábeis, com acompanhamento do Contador Sr. Rodrigo Prado e também analisados os relatórios de investimentos fornecidos pelos gestores Riviera e Mongeral Aegon Investimentos. Em deliberação, o Conselho aprova por unanimidade os balancetes que também foram objeto de análise do Conselho Fiscal na Ata de Reunião em 20 de março de 2019.

Este Conselho sugere à Diretoria Executiva um plano de ação para verificar quais fundos possuem auditoria como verificado a inexistência em alguns deles pela BDO.

3) Análise e aprovação de proposta da Diretoria Executiva para alteração do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários (proposta anexa) - (art. 27, III do Estatuto); Após deliberação pelos Conselheiros foi aprovado por unanimidade a

alteração no Regulamento do Plano de Benefícios apresentada pela Diretoria Executiva, devendo esta ser oficiada, para seguir com os trâmites legais e necessários à sua implementação.

4) Criação de Comissão para reforma do Estatuto do OABPrev-RJ (art. 27, II do Estatuto): Por unanimidade este conselho deliberou pela criação da Comissão para reforma do Estatuto da OABPrev-RJ. Nesta oportunidade disponibilizaram participar desta comissão os Conselheiros Luis Claudio e Norberto e Roberto Siqueira, sendo indicado como relatoro Presidente do Conselho Deliberativo,

5) Assuntos Gerais: Em assuntos gerais foi apresentada pela Diretoria Executiva minuta de regimento interno para Comissão de Compliance para Investimento do qual será transmitido cópia para os demais Conselheiros e deliberação em convocação de reunião extraordinária em 09 de abril às 15h com a convocação dos demais Conselheiros.

Ainda em assuntos gerais Dr. Rui informa que já está habilitado junto a PREVIC como dirigente máximo e destaca que já conclui a certificação com ênfase em investimentos em fevereiro e está aguardando o retorno da PREVIC com a aprovação do mesmo como AETQ da Entidade.

Roberto Da Silva Siqueira

Presidente

Jose Antonio Rolo Fachada

Vice-Presidente

Luis Claudio Martins Teixeira

Suplente em Exercício da Titularidade

Gustavo De Abreu Santos

Conselheiro

Norberto Judson De S Bastos

Suplente

Rui Teles Calandrini Filho

Diretor-Presidente

 **Av. Beira Mar, 200 - 7o andar**
Castelo - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20021-060

 **(21) 2240-9613**

 **(21) 2240-9613 (Fax)**

 **www.oabprev-rj.com.br**